



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Impacto percebido de um projeto artístico e de empreendedorismo social em jovens adultos privados de liberdade

Ana Patrícia Moreira Ayres

Mestrado em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:

Doutora Joana Dias Alexandre, Professora Auxiliar,

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Impacto percebido de um projeto artístico e de empreendedorismo social em jovens adultos privados de liberdade

Ana Patrícia Moreira Ayres

Mestrado em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:

Doutora Joana Dias Alexandre, Professora Auxiliar,

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023

“(...) O que vi acontecer nos meses seguintes é indizível. E não é nenhum milagre. É a arte a operar a bonita transformação de nos suspender a descrença.”

Catarina Aidos

Agradecimento

Caminho bonito. Gratidão é a palavra de ordem, não apenas pelas pessoas que contribuíram de alguma forma para o resultado do trabalho que aqui se apresenta, mas também pelas circunstâncias e oportunidades que potenciaram todo o processo.

Primeiramente, à minha orientadora, professora Doutora Joana Alexandre, que ditou a oportunidade do tema desta dissertação, agradecendo sobretudo pela paciência que teve e ajuda que disponibilizou nesta etapa.

Pela constante disponibilidade e sensibilidade, agradeço em muito às responsáveis pelos órgãos institucionais, do IPDJ e Estabelecimento Prisional do Linhó, e das Organizações não Governamentais, SAPANA e CUSCA, sendo que para esta última vai um obrigada ainda mais especial, pela representante, à época, ter sido uma chave fundamental para o potenciar destes jovens adultos.

Incluo as minhas pessoas num círculo só: família. À família de sangue que me construiu, em especial à minha mãe; aos amigos que são família, que me ensinam o que é a partilha e embelezam ainda mais este caminho que é a vida; ao meu namorado e melhor amigo, que tem sido desde há muito, um pilar vital na minha vida. Obrigada a vocês, ao meu círculo.

Destaco a minha avó, que transcendeu de plano, mas que deixou valores, a justiça e a paz imensuráveis que lhes cabiam dentro, e que compreendeu em si o (meu) significado de ser família. Obrigada vó.

O maior agradecimento de todos vai para os participantes do projeto PROMETEU, que se disponibilizaram, sem exceção, para participarem também nas entrevistas que lhes foram realizadas. O presente trabalho, a minha motivação e visão futura a nível profissional ascendeu em grande parte deles, do seu testemunho e empenho. Sem querer, guiaram-me.

Por eles e pela reinserção, na melhor forma de ser concretizada.

Resumo

A reinserção social é fundamental não só para o indivíduo que dela necessita, como para a sociedade, no seu todo. Os projetos de natureza artística e de empreendedorismo social, podem constituir-se como respostas importantes neste processo, mas devem ser monitorizadas e avaliadas.

O objetivo desta dissertação consistiu em explorar qual o impacto percebido do projeto PROMETEU (Programa ARRIBAR), projeto que congrega o teatro com o empreendedorismo social, num grupo de jovens adultos privados de liberdade, ao nível das suas competências sociais, emocionais e profissionais. Este projeto foi desenvolvido no Estabelecimento Prisional do Linhó, com um grupo de 10 jovens do sexo masculino, com idades entre os 22 e os 29 anos. Efetuaram-se entrevistas semiestruturadas aos 10 participantes do projeto, assim como às representantes das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), CUSCA e SAPANA, e dos órgãos institucionais, IPDJ e Estabelecimento Prisional do Linhó. Recorrendo a uma análise temática, os resultados encontrados mostram que os participantes do projeto identificaram mudanças a sua autoconfiança e nas suas habilidades de comunicação, considerando que a experiência de empreendedorismo também lhes proporcionou um conjunto de competências profissionais, destacando um maior foco e a possibilidade de criação de objetivos em termos futuros. Por parte das representantes das entidades envolvidas, foi unânime a referência a ganhos em competências sociais e emocionais, salientando-se a importância de continuidade de projetos desta natureza. Este estudo representa um contributo adicional para a compreensão do impacto percebido que os programas neste âmbito poderão deter, assim como as limitações e aspetos a melhorar, num futuro próximo.

Palavras-chave: Projeto PROMETEU; reinserção social; arte; empreendedorismo social; estabelecimento prisional; investigação qualitativa

APA PsycINFO Classification Categories and Codes

4270 Prevenção do crime

2900 Processos Sociais & Questões Sociais

Abstract

Social reintegration is fundamental not only for the individual who needs it, but also for society in general. Artistic and social entrepreneurship projects can be important responses in this process, but they must be monitored and evaluated.

The objective of this dissertation was to explore the perceived impact of the PROMETEU project (ARRIBAR Program), a project that combines theater with social entrepreneurship, on a group of young adults deprived of liberty, in terms of their social, emotional and professional skills. This project was developed at the Linhó Prison Establishment, with a group of 10 young men, aged between 22 and 29 years old. Semi-structured interviews were carried out with the 10 project participants, as well as with representatives of the Non-Governmental Organizations for Development (NGDO), CUSCA and SAPANA, and the institutional bodies, IPDJ and Linhó Prison Establishment. Using a thematic analysis, the results found show that project participants identified changes in their self-confidence and communication skills, considering that the entrepreneurship experience also provided them with a set of professional skills, highlighting a greater focus and the possibility of creation of objectives in future terms. On the part of the representatives of the entities involved, the reference to gains in social and emotional skills was unanimous, highlighting the importance of continuing projects of this nature. This study represents an additional contribution to understanding the perceived impact that programs in this field may have, as well as the limitations and aspects that need to be improved in the near future.

Keywords: PROMETEU Project; social reinsertion; art; social entrepreneurship; prison establishment; qualitative research

APA PsycINFO Classification Categories and Codes

4270 Crime Prevention

2900 Social Processes & Social Issues

Índice Geral

Introdução.....	1
CAPÍTULO I.....	3
Enquadramento Teórico	3
1.1. Delinquência Juvenil	3
1.2. Teorias explicativas da delinquência.....	4
1.3. Enquadramento Legal	5
1.4. Fatores de risco e fatores de proteção relativos à delinquência	7
1.4.1. Fatores de risco individuais.....	8
1.4.2. Fatores de risco familiares.....	10
1.4.3. Influência dos pares.....	11
1.4.4. Fatores de proteção.....	12
1.4.5. Fatores de proteção para a saída da delinquência	13
CAPÍTULO II	15
Reinserção social – programas e projetos artísticos e de empreendedorismo social como estratégias	15
2.1. O crime e a reinserção social.....	15
2.2. Estatísticas relativas à população prisional e reincidência.....	17
2.3. Estratégias de reinserção social.....	18
2.3.1. A arte como estratégia de reinserção social	18
2.3.1.1. Avaliação de programas e projetos artísticos em estabelecimentos prisionais	20
2.3.2. O empreendedorismo como estratégia de reinserção social.....	23
2.3.2.1. Avaliação de programas e projetos de empreendedorismo social em estabelecimentos prisionais	24
2.4. Estabelecimento Prisional do Linhó.....	27
2.4.1. Projetos de Reinserção Social	27
2.5. Projeto PROMETEU	29
2.6. Objetivos de investigação.....	31
CAPÍTULO III	33
Método	33
3.1. Participantes	33
3.2. Instrumento.....	34
3.3. Procedimento de recolha de dados	35

3.4. Procedimento de análise de dados.....	35
CAPÍTULO IV.....	37
Resultados	37
4.1. Motivações e expectativas para a participação	38
4.2. Percepção de competências adquiridas	38
4.3. Impacto geral do projeto	40
4.4. Vantagens e dificuldades percebidas ao longo do projeto	43
4.5. Competências percebidas como adquiridas pelos participantes.....	45
4.6. Sustentabilidade do projeto	47
CAPÍTULO V	49
Discussão.....	49
5.1. Limitações	52
5.2. Conclusões e sugestões para estudos futuros	53
Fontes	55
Referências Bibliográficas	57
Anexos.....	69
Anexo A: Pedido de consentimento informado aos participantes do projeto	69
Anexo B: Pedido consentimento informado às representantes dos órgãos institucionais e ONGD envolvidos.....	71
Anexo C: Guião entrevista semiestruturada aos participantes do projeto PROMETEU ...	73
Anexo D: Guião Entrevista Semiestruturada à representante da associação CUSCA.....	74
Anexo E: Guião Entrevista Semiestruturada à representante da associação SAPANA.....	75
Anexo F: Guião Entrevista Semiestruturada à representante do IPDJ.....	76
Anexo G: Guião Entrevista Semiestruturada – Diretora do Estabelecimento Prisional do Linhó	77
Anexo H: Imagens referentes à apresentação da peça final de teatro	78

Índice de Quadros

Quadro 3.1. Descrição dos Participantes.....	33
--	----

Índice de Figuras

Figura 4.1. – Nuvem de palavras.....	41
--------------------------------------	----

Introdução

Em Portugal, as estatísticas da justiça de 2022 davam conta, à data, de um total de 11498 reclusos, maioritariamente Portugueses. Apesar da maioria se encontrar entre a faixa etária dos 30 aos 49 anos, estavam registados 150 jovens com idades compreendidas entre os 21 e os 29 anos de idade¹.

Já desde 2006 que as Regras Penitenciárias Europeias, defendem que o regime penitenciário deve incluir atividades que fomentem a interação humana e social dos reclusos (Conselho da Europa, 2006) para uma melhor inclusão social.

Os benefícios que projetos artísticos e de empreendedorismo social, inseridos em estabelecimentos prisionais, podem ter em cidadãos privados de liberdade, enquadram-se, segundo Johnson (2008), em quatro pilares: no terapêutico, no educativo, no da gestão institucional e no da reinserção social. O uso da arte, em concreto, como ferramenta de expressão, tem mostrado ser bastante vantajoso, no sentido em que potencia nos participantes uma maior perspetiva de futuro, assim como um propósito no mesmo, constituindo-se como um fator de proteção para a saída do mundo do crime (Grosholz et al., 2020; Kenna & Simmons, 2015; Nugent & Loucks, 2011). De forma semelhante, a educação para o empreendedorismo tem sido reconhecida como fundamental não só para a aprendizagem na criação do próprio negócio, como para a criação de oportunidades com vista a uma melhor adaptação e sucesso nesta esfera profissional (Schaefer e Minello, 2016). Os projetos de empreendedorismo têm, assim, contribuído para a promoção de competências que procuram uma melhor inclusão social, tendo em conta que se torna difícil a inserção no mundo laboral após o cumprimento de uma pena em contexto prisional (Garcia & Pereira, 2018).

O projeto PROMETEU, projeto-piloto nacional inserido no programa ARRIBAR – que resulta de um protocolo entre o IPDJ, DGRSP, e a DGEstE – tinha como objetivo promover respostas integradas para a inclusão social e laboral de jovens privados de liberdade, nomeadamente no Estabelecimento Prisional (EP) do Linhó, cuja população prisional é constituída maioritariamente por jovens com idades entre os 21 e os 30 anos.

¹ Retirado de <https://dgrsp.justica.gov.pt/Estat%C3%ADsticas-e-indicadores/Prisionais/2022>

Face ao exposto, e considerando a natureza do projeto, a questão de investigação deste estudo consistiu na compreensão do seguinte: quais os impactos percebidos pelos jovens participantes do projeto, bem como pelas entidades envolvidas no mesmo projeto?

Assim sendo, este trabalho encontra-se dividido em quatro grandes capítulos. O primeiro dedicado à análise de conceitos relativos à delinquência juvenil, adotando a abordagem dos fatores de risco e proteção. Apesar dos participantes deste projeto se inserirem na esfera de jovem adulto, neste capítulo é abordado também o enquadramento legal, sendo que muitos dos jovens entrevistados provêm de percursos persistentes no âmbito da delinquência. O segundo capítulo integra o tema da reinserção social, no qual se apresentam diversos projetos artísticos e de empreendedorismo social como estratégias a fim do conceito anterior. Ainda neste capítulo, são apresentados em maior detalhe o estabelecimento prisional do Linhó e o projeto PROMETEU, finalizando com a descrição dos objetivos de investigação. O terceiro capítulo é referente ao método, o qual descreve os participantes do estudo, o método de recolha dos dados assim como o instrumento utilizado para esse efeito, assim como o método de análise desses mesmos dados. O quarto capítulo é concernente à análise dos dados recolhidos, dividida na análise dos dados dos participantes do projeto e dos dados das representantes das entidades envolvidas. Por fim, é no último capítulo que se apresenta a discussão dos resultados, das limitações que poderão ter existido, assim como sugestões de melhoria futuras, finalizando com as conclusões.

Enquadramento Teórico

1.1. Delinquência Juvenil

A delinquência enquanto construto socialmente construído é complexo de definir, pois está dependente do contexto, cultura e época em questão. A delinquência juvenil irá também estar sempre presente, independentemente da sociedade e da forma como se apresenta (Damião, 2020). A delinquência juvenil pode ser compreendida de diferentes pontos de vista, segundo a área que a perspetiva, seja ela social, política, criminal ou psicológica (Mwangangi, 2019). Não obstante, Azevedo et al. (2019) oferecem uma definição ampla do que pode constituir a delinquência, apresentando-se como o conjunto dos comportamentos caracterizado por “ofensas repetidas” sendo “considerada principalmente nos seus aspetos sociais, mas também criminais” (p. 1).

Segundo Damião (2020), o “rótulo” (p.4) de delinquente não permite que o indivíduo seja visto como algo além da delinquência, o que pode dificultar a adoção de outro tipo de conduta por parte do jovem.

O conceito de conduta delinquente surge muitas vezes como conduta “desviante” e “antissocial”.

O comportamento desviante pode ser definido como aquele que se desvia das normas, das regras impostas pela sociedade, sendo o termo desvio referente à desobediência de alguma lei social (Tocado & Barboza, 2021). A nível psicológico, pode dizer-se que o comportamento desviante é uma transgressão voluntária do indivíduo a algum limite imposto. É este comportamento desviante que leva assim à delinquência.

O comportamento antissocial, de acordo com Farrington (2007), engloba atos que, de certa forma, violem as normas e expectativas da sociedade, mas que, simultaneamente, poderão não ser ilegais. Desta forma, o autor considera que o comportamento delinquente, relativamente ao antissocial, é como uma “síndrome mais profunda” (p.89), ou seja, assume uma maior amplitude, pois referem-se a uma variedade maior de comportamentos de cariz transgressivo, tendendo a ser mais persistente ao longo da vida do indivíduo. Staff et al. (2015) apresentam as

“tendências antissociais” (p.678), referentes à faixa etária da adolescência, como um conjunto de comportamentos que aumentam o risco futuro de delinquência, sendo estes: a agressão física, a desobediência, a desatenção e a impulsividade.

O comportamento antissocial aparece também associado à Perturbação de Personalidade Antissocial, descrita no DSM5 (APA, 2022), apresentando como característica central um “padrão generalizado de desrespeito e violação dos direitos dos outros, que começa na infância ou no início da adolescência e continua até à idade adulta” (p.749) na qual se acrescenta que esta perturbação pode ser ainda conhecida como “psicopatia, sociopatia ou perturbação de personalidade dissocial” (p.749).

1.2. Teorias explicativas da delinquência

Relativamente à compreensão do que é a delinquência, existem também diversas teorias que pretendem potenciar uma melhor compreensão dos anteriores, sendo que duas delas são descritas em seguida.

A Teoria clássica de Reforço de Associação Diferencial de Burgess e Akers (1966) sublinhada por Siegel e Welsh (2014) para a compreensão do conceito de delinquência, é referente ao condicionamento operante, no qual um estímulo do ambiente em questão incita uma resposta voluntária do indivíduo e, dependendo do tipo de reforço a essa resposta, positivo ou negativo, a resposta é repetida, se for positivo, ou suspendida ou extinta, se for negativo. Desta forma, é continuado um padrão de comportamento à medida que as reações comportamentais são aprendidas e internalizadas, devido ao constante reforço positivo perante as suas ações, neste caso, a conduta delinquente.

Por sua vez, a Teoria da Interligação de Deklerck e Depuydt (1997), defende que a prevenção da pequena criminalidade pode ser feita através do desenvolvimento básico de uma atitude de interligação, considerando que existe uma associação da delinquência à falta de ligação/ligações (de-link-uência = de-link = ausência de ligação). Segundo os autores, esta interligação define-se pela intensidade com que o indivíduo se sente parte da vida, parte da comunidade, na qual promove uma mudança para com o meio à sua volta. O grande objetivo é o de promover e restabelecer sentimentos de pertença para com uma entidade, seja ela uma religião, uma comunidade, assim como para com o próprio, com os outros e com a natureza.

Importa salientar que, de acordo com os autores, o comportamento individual é também resultado da responsabilidade coletiva e de que o ser humano é também resultado das relações que vivencia e mantém, tornando-se necessário trabalhar em prol da responsabilidade coletiva, de forma que os indivíduos se sintam parte de algo maior, de um sistema que lhes pertença. Os resultados de um estudo realizado por Hoeve et al. (2007) reiteram esta teoria, no sentido em que o comportamento delinvente diminuirá, quanto mais forte era o vínculo dos jovens à sociedade e comunidade em que se inseriam.

Contudo, apesar da relevância das teorias supramencionadas e de outras para uma melhor compreensão do que é a delinquência juvenil, e do que a mesma engloba, neste trabalho é seguida a abordagem dos fatores de risco e proteção, sendo que, sentimos a necessidade de abordar este tema em função dos múltiplos contextos onde o jovem se insere. Pardini (2016) apresenta que apenas pela existência de vários fatores causais e implicados na vida do adolescente, podem explicar o aparecimento do comportamento desviante de forma precoce, persistente durante a juventude e podendo mesmo chegar até à idade adulta.

Antes ainda de iniciar o desenvolvimento à abordagem dos fatores de risco e proteção, considera-se a indispensabilidade de apresentar, ainda, um enquadramento legal sobre esta problemática.

1.3. Enquadramento Legal

As medidas tutelares educativas inserem-se no sentido de delimitar o que constitui a criminalidade e o que constitui a delinquência juvenil, de forma a proteger os jovens no âmbito da legislação penal (Ferreira, 1997). Antes de 1999, não existiam diferenciações claras neste sentido, seja no que concerne aos jovens que cometiam atos qualificados como crime ou mesmo de menor dimensão, seja nos que fossem alvo de situações que os colocassem em perigo (Tomás e Fonseca, 2004). Em 1999 foram, então, elaboradas duas leis que facilitariam a justiça e proteção das crianças e jovens: a Lei Tutelar Educativa (LTE) (Lei nº166/99, de 14 de setembro, alterada pela Lei nº4/2015, de 15 de janeiro) e a Lei de Proteção a Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) (Lei nº147/99, de 1 de setembro, com as mais recentes alterações da Lei nº26/2018, de 5 de julho).

A LPCJP foi concebida tendo como principal objetivo a proteção das crianças e jovens em situação de perigo, assim como a proteção dos seus direitos. No que concerne às idades, esta lei não compreenderá apenas menores de idade, como refere o art. 3º da lei em questão, mas também jovens com idades até aos 21, salvo quando a vontade do jovem seja cessar a intervenção ao completar os 18 anos ou ainda estender até aos 25 anos, caso o jovem tenha um processo educativo ou alguma formação profissional a decorrer.

No que toca à LTE, esta teve as primeiras alterações pela Lei n.º 4/2015, de 15 de janeiro e compreende que, qualquer ação qualificada pela lei como crime cometida entre os 12 e os 16 anos de idade, irá consistir na aplicação de uma medida tutelar educativa (art. 1º). A lei apresentada tem como propósito primordial a educação do jovem, sendo que se espera que a mesma seja tomada pelo menor como uma oportunidade de reeducação e integração, ao invés de tomarem a medida, exclusivamente, como punição (Cunha, 2008). Assim como a lei anterior, o art. 5º da LTE apresenta que as medidas tutelares poderão estender-se até aos 21 anos, impreterivelmente.

Os participantes do projeto PROMETEU enquadram-se na faixa etária dos jovens adultos e, assim, a LTE já não lhes poderia ser aplicada. Contudo, ressalta-se esta fase do jovem-adulto como sendo próxima à fase da adolescência, que, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), engloba indivíduos dos 10 aos 19 anos². Por sua vez, a faixa etária de jovem adulto responde já na sua totalidade pelos seus atos, no âmbito penal, tornando-se assim imputável (Carvalho, 2020). Esta imputabilidade, todavia, começa a ser questionada. A autora refere que, ao nível da literatura no âmbito das políticas de justiça, esta faixa etária é ainda bastante esquecida. A exploração da identidade, por exemplo, é cada vez menos uma questão que ocorre maioritariamente na fase da adolescência, e cada vez mais na fase de jovem e jovem adulto. Arnett et al. (2014) apresentam que a investigação em psicologia considera que, mesmo que surja pela primeira vez na adolescência, essa exploração acontece cada vez mais e sobretudo na “idade adulta emergente” (p. 570), dos 18 aos 29 anos.

Em seguida, será realizada uma caracterização dos fatores de risco e proteção, como mencionado à priori. Os fatores de risco, divididos em vários domínios referentes aos contextos em que o jovem se pode inserir, e os fatores de proteção, que além dos são alusivos à prevenção

² Retirado de <https://www.who.int/southeastasia/health-topics/adolescent-health>

da delinquência, apresentam-se também os fatores de proteção que auxiliam na saída da delinquência.

1.4. Fatores de risco e fatores de proteção relativos à delinquência

De acordo com Brofenbrenner (1977), as influências que os diversos sistemas exercem sobre o indivíduo, devem ser abordadas como um todo.

Murray e Farrington (2010) apresentam os fatores de risco como variáveis preditoras na probabilidade de ocorrência da delinquência, podendo contribuir para o desenvolvimento e ocorrência do comportamento delinquente.

Estes fatores de risco podem ser divididos entre fatores de risco estáticos e fatores de risco dinâmicos. Sendo estáticos, estes fatores não são passíveis de serem alterados, como a idade, o sexo, o país de origem ou o cadastro, por exemplo (Heffernan & Ward, 2017). Os fatores de risco dinâmicos, podem, por seu lado, ser alvo de intervenção e suscetíveis de se alterarem ao longo do tempo, como o rendimento escolar ou o consumo de álcool/ drogas (Robbé et al., 2013).

Assink et al. (2015) realizaram uma meta-análise na qual reuniram resultados concernentes aos efeitos de exposição a fatores de risco de diferentes domínios, com o objetivo de discernir quais deles apresentavam níveis mais elevados em indivíduos com múltiplas infrações ao longo da vida, comparativamente a indivíduos com infrações apenas na fase da adolescência e juventude. Os fatores que obtiveram uma maior significância foram, então, os antecedentes criminais, o comportamento agressivo e o abuso de álcool/drogas. Dois dos setores anteriores inserem-se na esfera dos fatores de risco dinâmicos, o que traduz a possibilidade de intervenção e, posteriormente, de ser alterado o rumo do comportamento delinquente.

Os fatores de proteção que, contrariamente aos anteriores, contribuem para o bom desenvolvimento do indivíduo, diminuem a probabilidade de o mesmo adotar um comportamento delinquente (Murray & Farrington, 2010). Contudo, Rutter (1987) apresenta, como fator fundamental, que apenas quando combinado com algum fator de risco, o fator de proteção se torna evidente, pois irão ser os anteriores não só a reduzir o impacto do risco, como a probabilidade da ocorrência de reações negativas sucessivas. Além disso, o autor destaca que

os fatores ou mecanismos de proteção irão ajudar a promover competências como a autoestima e a autoeficácia, assim como a abertura para relacionamentos pessoais saudáveis.

Importa referir que, embora exista uma posterior divisão relativamente ao contexto onde os fatores de risco possam constituir-se de maior impacto no indivíduo, os mesmos não são literais de causa-efeito, ou seja, embora um jovem possa ter experienciado certos fatores de risco familiares, este facto não dita a sua vinculação à delinquência, de forma direta (Murray & Farrington, 2010) Assim, segundo Rutter (1987), considera-se capital sublinhar o carácter cumulativo dos fatores que se consideram de risco no contexto da delinquência juvenil. Van der Laan et al. (2019) explicam que, as mudanças de comportamento delinvente ao longo da vida do jovem podem ser explicadas pelas mudanças na exposição, ou acumulação, aos fatores de risco ou de proteção.

Hoeve et al. (2007) e Van de Schoot e Wong (2012) concluíram que o vínculo aos pais e à escola seriam maiores preditores na fase da adolescência, e o vínculo aos pares, amigos ou pares românticos, maiores preditores na fase de jovem-adulto.

Assim, assumindo que a delinquência juvenil é o resultado da ação combinada de diversos fatores, é fundamental que se intervenha não apenas unilateralmente, mas de uma forma sistémica (Song et al., 2022), considerando o grupo social dos jovens adultos como emergente também para esta intervenção.

1.4.1. Fatores de risco individuais

Tendo em conta os fatores de risco referentes ao indivíduo, Carvalho (2019, p. 83) apresenta uma nota importante:

“Num mundo marcado pela individualização, pela (des)responsabilização e dispersão em termos de referências e valores, a tarefa da autonomização torna-se muito complexa para qualquer indivíduo (...).”

Sendo a faixa etária em questão, esta abrange inerentes e múltiplas questões identitárias, levando a uma maior “vulnerabilidade emocional” e “reatividade” relativamente à imposição de limites (Pral, 2007, p.18). Em referência às questões identitárias, a fraca imagem que o jovem pode construir de si próprio, pode levar a uma baixa autoestima, sendo referida como um fator

preponderante para o envolvimento na delinquência (Azevedo, 2013; Pral, 2007; Marques, 2012).

No que concerne aos fatores individuais, estes são intrínsecos ao jovem e agregam características genéticas, cognitivas, emocionais e sociais, como competências pessoais (Azevedo, 2013; Marques, 2012).

Hattie et al. (2009) dividem os fatores de risco individuais, em dois grandes grupos: o social - associado à falta de empatia, às dificuldades de aprendizagem, à fraca capacidade de resolução de problemas e às vinculações inseguras que mantêm; e o físico – como o nascimento prematuro, o baixo peso à nascença, alguma lesão no parto e doenças crónicas. No âmbito das características genéticas, Hoeve et al. (2007) reiteram também o fator da vulnerabilidade biológica, como a gestação de alto risco.

De igual forma, Pral (2007) evidenciou um conjunto de fatores de risco individuais, contendo: a impulsividade; a agressividade; a falta de empatia; a resistência à mudança; a psicopatologia; os desequilíbrios ao nível fisiológico; o baixo nível de desenvolvimento moral assim como de competências sociais. Comportamentos desviantes podem ser assim potenciados por características subjetivas ao sujeito, às quais Vale (2011) e Moffitt et al. (2002) acrescentam a hiperatividade, o isolamento social, o uso/abuso de substâncias e um traço de personalidade apelidado de *social potency*, sendo indivíduos mais decisivos, persuasivos, que gostam de ter destaque e influência no seu grupo de pares (Zhang & Arvey, 2009). A impulsividade ou a falta de autocontrolo, é apresentada na literatura como fator de risco individual, de forma preeminente, para o comportamento delinvente (Vale, 2011; Moffitt et al., 2002; Hattie et al., 2009).

Os fatores de risco escolares/académicos são tidos também como preponderantes no âmbito da delinquência pela literatura, nos quais se destacam o absentismo escolar e o baixo rendimento académico (Hughes & McLewin, 2005; Moffitt et al. 2002; Gallo & Williams, 2008; Gallo & Williams, 2008). Deković (1999) reforça com a baixa motivação educacional, que pode levar a uma maior desistência da escola, o que, por sua vez, reflete-se na dificuldade de entrada para o mercado de trabalho.

1.4.2. Fatores de risco familiares

A partir de uma visão sistémica, a família apresenta-se como uma unidade, como um todo que é superior à simples soma das partes, dos seus membros (Dias, 2011). Assim, a família irá ser o componente que mais sustenta a personalidade de cada um dos seus elementos, tendo um papel crucial para o início, ou continuidade, do comportamento delinquente (Dias, 2011).

Segundo a autora (2011, p. 141):

“Seja qual for o modelo de família, ela é sempre um conjunto de pessoas consideradas como unidade social, como um todo sistémico onde se estabelecem relações entre os seus membros e o meio exterior.”

Antes de iniciar a esfera dos fatores de risco no âmbito familiar, a definição de família é importante para a posterior enumeração dos mesmos. A família é tida como um conjunto de pessoas, duas ou mais, que desempenham funções ou práticas familiares no quotidiano (Tillman & Nam, 2008). Estas práticas são por exemplo, o apoio emocional, o apoio económico, a socialização, entre outros, dependendo sempre do contexto e cultura em que a mesma se insere (Finch, 2007). Isto posto, não nos cingimos apenas a família biológica, mas ao núcleo de pessoas com quem se mantém relações eficazes de uma forma familiar (Finch, 2007).

Assim, por ser o primeiro modelo e agente de socialização do indivíduo, este terá fortes tendências para seguir os valores e relações a que foi moldado pelos pais ou outras figuras de referência (Cunha, 2021).

Azevedo (2013) identifica as práticas educativas permissivas e “pouco consistentes” (p. 2) como dos principais fatores de risco neste âmbito, destacando a ausência de supervisão dos pais ou responsáveis pelo jovem, as fracas relações afetivas e, por conseguinte, a fraca vinculação entre os mesmos. As práticas educativas utilizadas revelam-se fulcrais neste sentido, pois é a família o núcleo que poderá mais facilmente exercer controlo sob o jovem, com o estabelecimento de regras, por exemplo (Azevedo, 2013; Alarcão & Gaspar, 2007). Alarcão e Gaspar (2007) alertam ainda para as consequências da imprevisibilidade nas práticas educativas, a qual está associada à tomada de riscos por parte do jovem.

Os padrões desenvolvidos no seio familiar acabam por ser refletidos para outras relações que o jovem mantém socialmente (Nardi & Dell’Aglia, 2010). Feijó e Assis (2004), destacam

no seu estudo a violência física e os maus-tratos, assim como a negligência, especialmente emocional, sofridos pelo jovem.

Por outro lado, Nardi e Dell’Aglío (2010) apresentam fatores socioeconômicos, como o baixo rendimento econômico e o desemprego dos pais. Adicionalmente, Morgan et al. (2009) referem que os resultados escolares estão relacionados com o estatuto socioeconômico familiar, sendo que, piores serão os resultados quanto menos for o estatuto socioeconômico da família.

Azevedo et al. (2019) acrescentam ainda que a falta de interação entre progenitores e filhos, aliada a determinados fatores biológicos como a existência de problemas psicopatológicos em algum progenitor, ou em ambos, pode ter um papel fundamental para o envolvimento do jovem na delinquência, sendo isto considerado de maior significância pelos autores comparativamente ao estatuto socioeconômico da família.

De acordo com Santos e Alberto (2014), a família e o inerente sistema familiar que a mesma compõe, constituiu-se, assim, de elevada importância para a compreensão dos “processos transgressivos juvenis” (p. 362) e para melhor entender a delinquência juvenil no seu todo.

1.4.3. Influência dos pares

Relativamente aos anteriores fatores de risco, referentes à esfera individual e familiar, os fatores de risco relativos aos pares revelam-se mais tardios no que concerne à influência que exercem na vida do indivíduo (Carroll et al., 2009). Hoeve et al. (2007) concluíram que o vínculo aos pares se constitui dos mais significativos na faixa etária dos jovens adultos. Sendo um período de constante socialização, é também ainda uma altura de construção de identidade, crucial para a continuidade, ou não, de determinadas condutas comportamentais (Cunha, 2021; Fergusson & Horwood, 1996; Nardi & Dell’Aglío, 2010).

No âmbito desta construção de identidade, Azevedo (2013) refere que é neste período, ou ainda antes, que o jovem começa a desafiar a autoridade, o controlo imposto pelos pais/responsáveis ou outras figuras de referência.

A influência dos pares pode ser vista em grande destaque no contexto escolar, onde, segundo Marques (2012), leva ao reforço e continuidade do comportamento delincente. Neste

sentido, Pral (2007) acrescenta que se constitui como fator de risco a relação com pares que têm baixas ambições acadêmicas ou que abandonam a escola.

Rebellon (2006) acrescenta que esta influência dos pares exerce um poder ainda maior, quando este caminho não apresenta qualquer punição e/ou ainda apresenta recompensas, reiterando a Teoria de Reforço de Associação Diferencial (Burgess e Akers, 1966), anteriormente descrita.

Para Carroll et al. (2009), não só a associação com pares desviantes se pode constituir indesejável, como também o oposto, ou seja, a rejeição dos pares é também um fator de risco a ter em conta. Os autores notam também que o vínculo a adultos com comportamento antissocial é também de risco, não se concentrando apenas na influência de indivíduos da mesma faixa etária.

Vale (2011) refere que o jovem pode começar a perceber o grupo de pares como a sua segunda família, sendo esta reforçada pela falta de vínculos familiares (Trillo, 2011; Marques, 2012). Lozanovska e Tufekci (2021), de forma similar, apresentam que, quando a família, assim como a escola e/outras instituições formais, falham com o jovem, este começa a perceber o grupo de pares com a sua família, o qual pode formar, ou já ter de antemão, objetivos criminosos.

É de destacar também que, segundo Santos e Alberto (2014), a pressão dos pares constitui-se como um fator de risco de maior preponderância quando conjugado com determinados fatores de risco familiares, como a vinculação desorganizada, os estilos parentais mais agressivos ou a ausência de uma rede relacional segura e significativa para o jovem. Em jeito de conclusão, Azeredo et al. (p. 1, 2019) referem que os “(...) *jovens que não conseguem encontrar afeto e proteção no seio da família podem tornar-se mais suscetíveis à delinquência como forma de empoderamento (...)*”

1.4.4. Fatores de proteção

Nardi e Dell’Aglio (2010) apresentam a frequência à escola como um fator de proteção fundamental para reduzir o comportamento desviante. Além da frequência à escola, torna-se relevante a participação e envolvimento em atividades escolares (Pais, 2012). Reingle et al. (2012) incluem ainda o envolvimento em atividades extracurriculares, o apoio da comunidade

em que o jovem se insere e as crenças do mesmo nos valores morais da sociedade como fatores de proteção relativos à delinquência juvenil.

Por sua vez, Steinberg (2000) apresenta que um melhor desempenho escolar pode ser resultado de vínculos familiares seguros.

A família pode, assim, constituir-se como um fator de proteção bastante significativo, com o estabelecimento de relações positivas, de suporte emocional e de padrões comunicacionais positivos (Nardi & Dell’Aglío, 2010; Reingle et al., 2012). Steinberg (2000) apresenta que os jovens que vivem num seio familiar com relações afetivas saudáveis apresentam valores mais baixos de depressão e de ansiedade.

No que toca às competências pessoais, Nardi e Dell’Aglío (2010) e Faulkner et al. (2007) destacam a autoestima como a mais importante neste âmbito. Simões e Matos (2008) apresentam as competências cognitivas como de grande relevância no âmbito da delinquência, assim como a perceção de alto risco relativamente às consequências dos atos infracionais. As competências sociais são acrescentadas neste âmbito por Pais (2012), sendo que as mesmas promovem o estabelecimento de relações sociais positivas.

Cunha (2021) apresenta um facto importante de que, tanto os fatores de risco como os fatores de proteção não são algo estanque, podendo desaparecer e reaparecer em fases diferentes na vida do jovem.

1.4.5. Fatores de proteção para a saída da delinquência

Segundo Rutter (1987, p. 318):

“A proteção, neste caso, não reside na evasão do risco, mas no envolvimento bem-sucedido com o mesmo.”

Maruna (2001) identificou que, para o indivíduo abdicar do mundo do crime, são necessárias oportunidades para desenvolver uma identidade mais confiante e pró-social. No seu estudo, o autor identificou as principais diferenças entre uma amostra de ex-reclusos, o grupo dos que tinham saído do mundo do crime, relativamente ao grupo dos que não tinham saído, sendo que este segundo grupo continha níveis mais altos de autoeficácia, tendo maior perceção de controlo sobre o seu futuro e atribuíam propósito à sua vida assim como significado ao seu

passado. Nugent e Loucks (2011) reforçam que a perspectiva de futuro, e a perspectiva de propósito no mesmo, constitui-se também como um fator de proteção neste sentido.

Bullock e Bunce (2018) acrescentam neste âmbito fatores como as relações positivas, familiares ou de pares, que mantêm ou adquirem após a saída do estabelecimento prisional, a sobriedade e, além do emprego estável, um emprego que motive o próprio, trazendo desta forma uma perspectiva de utilidade, no qual o indivíduo sente que contribui para a sociedade em que se insere.

A literatura tem demonstrado que ter um emprego se constitui, como um grande fator de proteção neste âmbito (Alós et al., 2015; Tripodi et al., 2009; Kenna & Simmons, 2015).

De acordo com Laub e Sampson (1993, p. 304):

“É o emprego, aliado à estabilidade no emprego, ao compromisso com o trabalho e aos laços mútuos que unem trabalhadores e empregadores, que deverão aumentar o controle social e (...) conduzir a uma redução do comportamento criminoso”.

Relativamente a características e competências individuais adquiridas, Maruna (2001) identificou a inteligência emocional e a empatia como fatores de proteção fundamentais para o processo de saída do crime.

Em suma, constatamos diversos fatores de risco para o surgimento do comportamento delinquente, em diferentes contextos onde o jovem se pode inserir, assim como fatores de proteção que diminuem a probabilidade da ocorrência desse mesmo comportamento. Além destes, foram enumerados fatores de proteção que poderão aumentar a probabilidade de saída da delinquência. O capítulo que se segue, contém estratégias também a fim dessa saída, sendo que ainda dentro do estabelecimento prisional, como projetos e programas de cariz artístico e de empreendedorismo social, que se poderão também apresentar como fatores de proteção neste âmbito e promovendo, deste modo, a eficácia da reinserção social.

Reinserção social – programas e projetos artísticos e de empreendedorismo social como estratégias

Se a reinserção (...) melhorar a segurança pública e o bem coletivo, então os decisores políticos que rejeitam tal abordagem às correções, poderão ser confrontados com a difícil distinção de serem a favor da vitimização (Wright, 2009, p. 82).

2.1. O crime e a reinserção social

A partir do final do século XVIII, os castigos corporais, habituais nesse tempo, vão sendo substituídos pelos estabelecimentos prisionais, tornando-se cada vez mais na pena comum, pela Europa e Estados Unidos da América, pelo surgimento do Código Penal Francês e do Código Penal do Estado da Pensilvânia (Homem et al., 2013).

De acordo com Farrington (2018), a violência surge como o comportamento que causa lesões tanto a nível físico, como psicológico, sendo os crimes mais violentos, definidos pela lei, o homicídio, a agressão, a violação e o roubo. Independentemente do país, cultura ou contexto, o crime é um fenómeno recorrente. De acordo com Pinto e Hirdes (2006), é por meio de ações políticas que o crime pode ser controlado dentro de cada comunidade. Contudo, enquanto são aplicadas penas e punições, não são desenvolvidas em igual medida, ações e soluções para a posterior reinserção em sociedade (Anderson & Gröning, 2016).

Contudo, de acordo com Johnson (2008) as “sanções penais” (p.100) por si só não estão relacionadas com a redução da reincidência.

A reinserção social constitui-se, assim, fundamental tanto para o recluso, ou ex-recluso, como para a sociedade. Segundo Pinto e Hirdes (2006), a reinserção psicossocial possibilita a construção de uma nova identidade, diferente da que foi vinculada em contexto prisional, ou mesmo antes. Esta mudança e transformação subjetiva irá ser um dos pontos chave para a ocorrência de uma reinserção eficaz em sociedade (Pinto & Hirdes, 2006). Deste modo, a

reinserção social emerge no início do século XXI como um dos grandes objetivos dos mais conhecidos estabelecimentos prisionais, inseridos nos países ocidentais (Day et al., 2012).

Anderson e Gröning (2016) desenvolveram um estudo referente à percepção dos reclusos relativamente aos programas de reinserção, num estabelecimento prisional na Noruega. Os autores concluíram a importância da reinserção por parte dos participantes, mas que, simultaneamente, apresentava diversos obstáculos e restrições no que toca à sua consumação. Alguns reclusos expressaram a sua frustração devido à influência limitada que sentiam que tinham relativamente a estes programas, sendo referido pelos autores que “(...) *os reclusos interessados devem ser motivados a participar e ter um objetivo claro sobre o que pretendem alcançar com estes programas.*” (p. 243).

De acordo com Bullock e Bunce (2018), as ações desenvolvidas em contexto prisional com vista à reinserção, apresentam-se mais eficazes se forem continuadas após a libertação do indivíduo. Os autores vão mais longe e apresentam que além do facto anterior, a reinserção terá uma eficácia ainda mais elevada se a transição dos estabelecimentos prisionais para a comunidade for planeada desde uma fase inicial da pena.

Pinto e Hirdes (2006) apresentam fatores que auxiliam o indivíduo a sair da identidade de recluso, contribuindo assim para o sucesso da reinserção e, desta forma, para a não reincidência: ter um emprego/ocupação dentro do estabelecimento prisional; ter apoio familiar; a voluntariedade na sua reinserção; a não assunção de uma identidade criminal e a aceitação da sua condição atual. Os autores evidenciaram de igual forma fatores de risco relativamente à reinserção: a perda de vínculos familiares e sociais; histórico familiar de abandono; a falta de perspetivas relativas ao futuro, assim como a aceitação de que não detém qualquer controlo sobre o mesmo e, referente à personalidade, os traços psicopáticos.

Os funcionários de cada estabelecimento prisional, como os guardas prisionais, são também vistos como um fator fulcral para o cumprimento bem-sucedido de uma intervenção no âmbito da reinserção social (Bullock & Bunce, 2018; Bullock et al., 2017; Anderson & Gröning, 2016; Day et al., 2012). Para a promoção de uma reinserção eficaz, torna-se necessária a visão e atitude positivas não só por parte de quem a experiencia, como de quem a pode providenciar. Contudo, o processo de reinserção está ainda longe de ser de responsabilidade partilhada, sendo este atribuído maioritariamente aos reclusos (Bullock & Bunce, 2018).

Existem, assim, diversos preditores possíveis de potenciar, ou atenuar, o sucesso da reinserção em contexto prisional. Ortmann (2000) concluiu que os resultados mais positivos relativos a este processo, podem ser mais bem explicados pela personalidade do indivíduo. Anderson e Gröning (2016) concluíram de igual forma que a reinserção na prática, em contexto prisional, requer uma população “adequada” (p. 246), motivada para esse fim, confirmado a importância da voluntariedade do processo de reinserção, referida por Pinto e Hirdes (2006). Porém, segundo Anderson e Gröning (2016), tendo em conta a mudança esperada, é essencial deter a perceção de que os estabelecimentos prisionais não irão ser o local ideal para a ocorrência desse mesmo processo.

Sendo que cada estabelecimento prisional é diferente, tendo a sua própria gestão e administração, também a recetividade de programas e projetos com vista à reinserção irá ser diferente em cada um, pelo que grande parte dos mesmos negam ainda essa oportunidade (Johnson, 2008), dificultando a entrada deste tipo de estratégias.

2.2. Estatísticas relativas à população prisional e reincidência

Relativamente à população prisional concernente aos estabelecimentos prisionais em Portugal, à data de 1 de agosto de 2023, segundo a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), o número de indivíduos do sexo masculino em prisões de nível médio de segurança seria de 2533, enquanto do sexo feminino, apenas 60. Em estabelecimentos prisionais de alto nível de segurança foram contabilizados 875 indivíduos do sexo feminino, ao passo que do sexo masculino 9035. No total, à data de 1 de setembro de 2023, o número de indivíduos detidos do sexo feminino foi de 935 e do sexo masculino de 11534, contando, assim, com 12469 reclusos em Portugal. Comparativamente ao ano de 2022, no dia 31 de dezembro foram contabilizados 12 383 reclusos³.

No que concerne às idades dos reclusos, importou perceber os dados relativos à população dos jovens adultos, sendo esta dividida, nas estatísticas apresentadas pela DGRSP, pelas idades compreendidas entre os 21 e 24 anos, e entre os 25 e 29 anos. Embora ainda não seja possível obter estatísticas relativas a 2023, a 31 de dezembro de 2022, foram contabilizados 1845 jovens do sexo masculino e 150 jovens do sexo feminino, com idades entre os 21 e os 29 anos. De

³ Retirado de <https://dgrsp.justica.gov.pt/Estat%C3%ADsticas-e-indicadores/Prisionais#EstatisticasAnuais>

acordo com o relatório das Estatísticas Penais Anuais do Conselho da Europa (SPACE) de 2022, constata-se que Portugal é o país europeu com o tempo médio prisional mais elevado, de 30,6 meses, seguido da Ucrânia com 27,9 meses e da Moldávia com 27,7 meses⁴.

Devido à escassez dos dados relativos à reincidência em Portugal, não é possível ainda serem apresentadas estatísticas neste âmbito. Em 2019, o Ministério da Justiça apresentou à comunicação social que o sistema de dados relativos à reincidência revela “graves insuficiências”, não existindo ainda possibilidade de “traçar um retrato minimamente fiável do nível de reincidência dos condenados”⁵.

2.3. Estratégias de reinserção social

As intervenções com o objetivo primordial de reinserir o indivíduo em sociedade, devem ter o intuito de reforçar a aquisição de competências que levem o indivíduo a, posteriormente, saber tomar decisões de forma positiva ao longo da sua vida (Pinto & Hirdes, 2006). De acordo com Harder et al. (2014), intervenções com os jovens que tenham como foco principal reduzir os problemas de comportamento, devem ter a atenção voltada para os fatores de risco dinâmicos e, concomitantemente, para os fatores de proteção.

2.3.1. A arte como estratégia de reinserção social

De acordo com a literatura, os programas artísticos, de um modo geral, não exclusivamente no âmbito prisional, possibilitam a aquisição de uma série de competências, no âmbito socioemocional (Vettrano et al., 2017; Hughes & McLewin, 2005; Johnson, 2008).

As competências emocionais têm sido globalmente definidas como as capacidades relacionadas à expressão das emoções, à regulação socialmente adequada e o conhecimento das próprias emoções, sendo estas fundamentais para o estabelecimento de relações positivas (Carvalho et al., 2019). Por outro lado, as competências sociais são referentes ao

⁴ Retirado de https://wp.unil.ch/space/files/2023/10/231024_SPACE-I_2022_FinalReport.pdf

⁵ Retirado de <https://www.publico.pt/2019/01/15/sociedade/noticia/ministerio-justica-nao-sabe-criminosos-condenados-sao-reincidentes-1857856>

comportamento interpessoal, à empatia, à assertividade, à comunicação, à resolução de conflitos e às competências de proximidade. Segundo os autores, as competências socioemocionais são referentes, assim, à interligação entre competências cognitivas, emocionais e sociais, dividindo-as em cinco grupos: o autoconhecimento, englobando, por exemplo, a autoestima; a autogestão, que abarca a automotivação ou o controlo de impulsos; a consciência social, compreendendo, por exemplo, a perspetiva e necessidade do outro; as relações interpessoais, onde consta o saber manter relações saudáveis ou o não ceder perante a pressão dos pares; e a tomada de decisão responsável, que engloba, por exemplo, a capacidade de fazer escolhas positivas para o próprio.

Aproximando-nos do contexto prisional, é necessário compreender também que efeito programas artísticos podem deter também em adolescentes/jovens marginalizados. Um estudo longitudinal, de Hanrahan e Banerjee (2017), analisou o impacto da participação num projeto de drama e teatro, em quatro jovens marginalizados com idades entre os 15 e os 21 anos. Os autores realizaram individualmente três entrevistas semiestruturadas, separadamente ao longo de dois anos. Os quatro jovens reportaram que o projeto providenciou um espaço seguro e fomentador para a criação de relacionamentos interpessoais saudáveis, assim como para a promoção do autoconhecimento.

Um fator fundamental relatado por vários autores, relativamente ao impacto que o teatro pode deter na população prisional, é o processo subjetivo de como o indivíduo se vê e, posteriormente, se pode transformar. Keehan (2013) refere que o teatro, dentro dos estabelecimentos prisionais, potencia essa mesma mudança, a visão do indivíduo fora do rótulo de recluso e/ou de criminoso. A experimentação de papeis e personagens diferentes pode afastar a identidade que previamente lhes foi rotulada, possibilitando a mudança de perspetivas sobre si mesmo e sobre o seu futuro (Hanrahan & Banerjee, 2017), sendo este um fator de proteção referido pela literatura no âmbito da saída da delinquência e do crime (Nugent & Loucks, 2011; Maruna, 2001).

Contudo, um fator crucial para o potenciar dos resultados que estes programas e projetos podem obter, é a necessidade de cooperação de todo o *staff* que trabalha naquele estabelecimento prisional específico (Johnson, 2008; Djurichkovic, 2011; Johnson, 2007; Gardner et al., 2014). As regras institucionais específicas e a opinião/valores subjetivos de quem coordena o estabelecimento prisional ou de quem trabalha de forma mais proximal aos reclusos, podem influenciar a criação artística e, conseqüentemente, anular ou, pelo contrário, potenciar

os efeitos que o programa ou projeto poderá ter (Johnson, 2008). Todavia, apesar de ainda existir certa resistência à entrada de programas e projetos artísticos em contexto prisional, tanto dos guardas prisionais como da própria direção de cada estabelecimento prisional, estes têm demonstrado benefícios não só para os reclusos como também para quem trabalha no estabelecimento prisional (Djurichkovic, 2011).

Contudo, embora a literatura providencie resultados positivos no sentido da continuidade deste tipo de programas, de acordo com Hughes e McLewin (2005), os métodos para a avaliação dos anteriores podem ser escassos, serem de curta durabilidade, pouco rigorosos e não conseguir estabelecer relações causais entre a participação num dado programa ou projeto artístico e o consequente resultado positivo. Os autores referem ainda que se torna vital a avaliação de como os supostos resultados positivos foram utilizados após a libertação do indivíduo.

Assim, tanto no âmbito artístico como no de empreendedorismo social, constitui-se essencial a avaliação credível de programas e projetos cujo principal objetivo se prenda na capacitação do jovem por via da aquisição de determinadas competências.

2.3.1.1. Avaliação de programas e projetos artísticos em estabelecimentos prisionais

No que toca às artes performativas, existiram já diversas peças de teatro realizadas em estabelecimentos prisionais que não se inseriram num dado projeto ou programa em específico, compreendendo uma ação isolada nesse sentido. A peça “Só Entra Se Vier Às Fatias” foi apresentada em 2003 no Estabelecimento Prisional de Coimbra na qual foi dada a responsabilidade de autoria aos participantes por muitos dos textos apresentados. Em 2011, a peça “Entrado” no EP de Custóias quis retratar a linha temporal da vida dos reclusos antes de entrarem para o estabelecimento prisional, aquando da sua entrada, da sua estadia e da sua saída futura. Os participantes realizaram exercícios de reflexão, relacionados com questões referentes à sua vivência em contexto prisional (Pinto, 2018).

Um projeto importante, desenvolvido por uma das ONGD que desenvolveu também o projeto PROMETEU, a associação CUSCA, é o projeto Mare Liberum, que foi concretizado no ano de 2021, não tendo também ainda qualquer avaliação. Este projeto focou-se não só no

teatro como na formação de escrita criativa, tendo decorrido durante 36 meses, em três centros educativos de Lisboa, um ano em cada centro educativo.

Torna-se, assim, fundamental a avaliação de projetos no âmbito da intervenção social, assim como em todos os restantes, e não apenas para servir de resumo do que foi ou não desenvolvido. A avaliação, serve igualmente para a depreensão do que poderá ser realizado futuramente, a partir do impacto percebido ou quantificado e da revisão das estratégias e métodos utilizados (Monteiro, 1996). Segundo o autor, com o exercício de uma avaliação pretende-se *“aprender com a experiência, bem como integrar os conhecimentos adquiridos ao longo do processo já desenvolvido (...)”* (p.138).

A peça de teatro “O Filho Pródigo” contou com uma avaliação do impacto percebido dos participantes, realizado pela autora e que foi, concomitantemente, a encenadora da peça, a qual apresentou ganhos percebidos em competências como a autoestima e nas relações positivas mantidas, não só entre os participantes, como também com quem dirigiu a peça de teatro. Foi destacado também pelos participantes que durante e após a concretização da peça, os mesmos sentiram que recuperaram parte da humanidade e sensibilidade tomada como perdida durante o tempo de reclusão (Pinto, 2018). Esta peça foi, então, realizada no EP de Santa Cruz do Bispo, no Porto, contando com cinco reclusos do sexo masculino, pertencentes à ala psiquiátrica do EP de Santa Cruz do Bispo, três reclusas da ala feminina do mesmo EP, e sete atores e músicos profissionais⁶.

No Estabelecimento Prisional de Leiria-Jovens, decorre um projeto desde 2014, apelidado de “Ópera na Prisão”, financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian. Este projeto procurou através da música, do teatro e da dança, promover determinadas competências sociais, emocionais e afetivas nos participantes. Através de entrevistas aos participantes do projeto, Margarido et al. (2020) concluíram que existiram ganhos percebidos na comunicação, criatividade e autoconsciência. A presença e o envolvimento no projeto por parte da família e pessoas próximas aos participantes, foram pontos identificados como cruciais ao longo do processo.

No que concerne à dança, Farias e Santos (2023) desenvolveram um projeto de dança no Presídio Feminino do Estado de Sergipe, no Brasil, tendo integrado instrumentos de pesquisa

⁶ Retirado de <https://www.publico.pt/2017/05/25/local/noticia/um-filho-prodigo-levou-o-cheiro-da-rua-a-prisao-1773300>

como o Questionário de Imagem Corporal de Bruchon-Schweitzer, a Escala de Autoestima de Rosenberg e o Questionário de Agressividade de Buss-Perry. Os resultados demonstraram significância na melhoria de aspetos como o nível da agressividade verbal e física, da raiva e da imagem corporal. Ao nível da autoestima, por sua vez, não foram apresentados resultados positivos, contudo, os valores apresentados pelas autoras validaram a baixa autoestima recorrente em contexto prisional (Farias e Santos, 2023).

Relativamente à música, Caulfield et al. (2016) realizaram entrevistas semiestruturadas a 18 antigos reclusos que participaram no programa “*Good Vibrations*”, relativo a competências no âmbito musical, em prisões do Reino Unido. Os resultados foram evidentes na aquisição de competências tais como a autoestima, autoconfiança, capacidade comunicação e outras competências sociais, assim como uma mudança na perspetiva de vida e do futuro. Este programa nasceu em 2003 e usa música de percussão, mais especificamente, gamelão, que se constitui num conjunto de instrumentos tradicionais da Indonésia que tem vindo a ser identificado como apropriado para grupos e ambientes comunitários pois são instrumentos que têm de ser tocados em conjunto, não necessitando de formação musical prévia para tocar.

Brewster (2014) realizou um estudo quantitativo de forma a compreender o impacto que programas de poesia, escrita, teatro e artes visuais detinham em prisões no estado da Califórnia, nos Estados Unidos da América. Os ganhos mais significativos foram concernentes aos seguintes aspetos: os participantes descobriram coisas novas sobre si mesmos e sobre o mundo, através do processo criativo; o aumento da autoconfiança; a motivação ganha para seguir outros programas de âmbito vocacional e educacional; a autodisciplina e, por fim, o aumento da capacidade de saber trabalhar em conjunto e comunicar com o outro.

Embora não se trate de um programa ou projeto propriamente dito, no Reino Unido foi desenvolvida uma iniciativa que em muito se consta fundamental para a população prisional, apelidada de Koestler Trust. A Koestler Trust é uma instituição de caridade artística prisional, criada nos anos 60, que pretende incentivar os indivíduos reclusos a saírem do mundo do crime, através da participação nas artes. Esta instituição recruta artistas como mentores voluntários, muitas vezes antigos reclusos, das áreas de escrita criativa, artes visuais e música que oferecem até dez sessões de mentoria, no máximo até doze meses após a libertação dos indivíduos, podendo começar com a primeira sessão ainda dentro do estabelecimento prisional, num momento próximo à sua saída. A Koestler Trust tem demonstrando resultados positivos em

competências como a autoestima e autoconfiança e na motivação dos participantes: “(...) *agora eu vejo-me como um artista e não como um infrator.*” (p. 36, Cheliotis & Jordanoska, 2015).

Em suma, a avaliação deste tipo de programas e projetos tem revelado não só benefícios no âmbito das competências sociais e emocionais como na mudança de perspectiva, tanto relativamente ao próprio como relativamente à percepção do seu futuro (Cheliotis & Jordanoska, 2015; Brewster, 2014; Caulfiel et al., 2016; Margarido et al., 2020). Parte destes projetos tem conseguido, assim, promover o aumento de competências socioemocionais.

2.3.2. O empreendedorismo como estratégia de reinserção social

O empreendedorismo social tem sido visto, com ênfase na última década, como uma potencial resposta no combate à exclusão social, assim como para o desenvolvimento de comunidades mais sustentáveis (Howorth et al., 2012). Entende-se a palavra “empreender”, segundo Schaefer e Minello (2016), relacionada a conceitos como inovar, criar, desenvolver o próprio negócio/projeto, aprender a ser e a conhecer e o saber lidar com a mudança.

Deste modo, a educação para o empreendedorismo pode ajudar os indivíduos a pensar além das suas competências profissionais.

Segundo Marques e Albuquerque (2012, p. 55), as competências para o empreendedorismo “(...) *podem ser ensinadas e (...) devem ser consideradas como uma atitude geral, útil em todas as atividades de trabalho e na vida quotidiana (...)*”.

Neste sentido, as autoras apresentam competências como a autoestima, a motivação, o pensamento crítico como algumas são mais fulcrais no sentido de desenvolver uma atitude empreendedora, sendo que a mesma irá ter um efeito potenciador noutras áreas de conhecimento, como o económico, político ou o cultural.

A participação de indivíduos privados de liberdade neste tipo de programas, que abrangem a estimulação vocacional e/ou académica, tem sido apresentada pela literatura com um grande leque de benefícios, entre os quais: o aumento da autoestima e autonomia, que, por conseguinte, trazem mais oportunidades de emprego e, conseqüentemente, levam a uma diminuição da probabilidade de reincidência (Quan-Baffour & Zawada, 2012; Alós et al., 2015; Tripodi, Kim e Bender, 2009).

São várias as consequências com que os indivíduos se deparam aquando da sua saída do estabelecimento prisional, nomeadamente restrições ao nível financeiro e social (Grosholz et al., 2020; Kenna & Simmons, 2015). Além de serem legalmente impedidos de trabalhar em diversas funções, mesmo as que permitem, a sua contratação são, regra geral, funções de baixa responsabilidade (Kenna & Simmons, 2015). Um estudo realizado por Tripodi et al. (2009) estabeleceu empiricamente uma correlação positiva entre a estabilidade no emprego e a redução da criminalidade. O desemprego constitui-se como o vértice visível de um problema mais macro, representando um risco significativo para a segurança pública (Keena & Simmons, 2015).

Contudo, segundo Grosholz et al. (2020), apesar das funções que lhes são aceites, serem, geralmente, de pouco capital financeiro, a concretização de “atividades empreendedoras” (p.14) não é inalcançável. Os autores sugerem que soluções e formas de conseguir aplicar essas mesmas atividades e atitudes em prol do empreendedorismo, devem estar espelhadas nos programas inseridos neste âmbito (Grosholz et al., 2020).

2.3.2.1. Avaliação de programas e projetos de empreendedorismo social em estabelecimentos prisionais

De acordo com Quan-Baffour e Zawada (2012, p.80): *“Qualquer plano de ação para reduzir a reincidência, deve basear-se na regeneração moral e nas oportunidades de desenvolvimento individual, com base nas necessidades pessoais”*.

Hurry et al. (2006) demonstraram que as intervenções neste âmbito detêm um impacto positivo para os participantes. Conquanto, os resultados foram mais inequívocos no âmbito do aumento da taxa de empregabilidade, comparativamente à taxa de diminuição de reincidência. Este facto é explicado pelos autores, sendo que seria necessário entender os efeitos de um dado programa a partir de um mediador (como o emprego) não apenas linearmente, como acontece com a taxa de emprego.

Mais recentemente, Peled-Timor e Laskov (2018) reforçam que estar de forma permanente em algum emprego reduz as probabilidades de reincidência, reforçando a importância que este tipo de programas detêm e na necessidade de expansão e desenvolvimento dos mesmos. Uggen

(2000) acrescentou que estes programas de empreendedorismo têm um efeito mais alargado e mais benéfico quando incluem o reforço de competências vocacionais.

No que concerne à educação prisional, constituindo-se numa esfera mais ampla do empreendedorismo, Ellison et al. (2017), sugerem na sua revisão que o impacto que a mesma detém nos participantes é positiva, reduzindo a probabilidade de reincidência e, concomitantemente, aumenta a probabilidade de encontrar emprego em cerca de 24%. Contudo, os autores não conseguiram discernir se, no que tange ao emprego, são as competências vocacionais adquiridas, as competências académicas ou mesmo o ganho de outras competências socio emocionais, como a autoestima, que têm maior ou menor efeito nos factos anteriores. Este último facto é reforçado de igual forma no estudo de Hurry et al. (2006).

Pela escassez de estudos que avaliem a eficácia de programas de empreendedorismo social, inseridos em estabelecimentos prisionais, sobretudo aquando da saída dos indivíduos dos estabelecimentos prisionais, o seu desenvolvimento pode tornar-se mais complexo (Kenna & Simmons, 2015)

A nível nacional, a Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE), desenvolveu no estabelecimento prisional de Leiria e no estabelecimento prisional de Sintra, o curso “Empreender para a Empregabilidade”, em parceria com a DGRSP, entre 2010 e 2011. Este projeto teve como principal objetivo potencializar o empreendedorismo em Portugal e dinamizar o “tecido empresarial” (Morgado, 2012, p. 31). A ANJE objetivou e procurou, assim, capacitar os participantes no âmbito do empreendedorismo, seguindo as ideias de negócio relatadas pelos participantes, estimulando-os, fazendo com que estas mesmas ideias servissem de “veículos de reinserção profissional e pessoal” (p. 26).

Na Bolívia, existe uma ONG que oferece aos reclusos vários programas de formação profissional e de educação, apelidada de *Ruway* (Downing, 2012). A *Ruway* demonstrou que muitos dos reclusos que participaram nos seus programas tiveram a primeira experiência profissional no estabelecimento prisional. Sendo que a Bolívia tem uma taxa muito baixa de reincidência, a autora apresenta que uma das razões para esse facto, poderá ser o ambiente empresarial que, apesar de ser baseado na necessidade, é fundamentalmente de reinserção, bem-sucedida, existindo desta forma uma transição bem ordenada para a sociedade: “*os presos saem da prisão com habilidades e características pessoais que lhes permitem manter vidas mais estáveis e cumpridoras da lei do que antes.*” (p. 347).

Nos Estados Unidos existe ainda um programa de empreendedorismo prisional apelidado de PEP – *Prison Entrepreneurship Program*, que procura reduzir a taxa de reincidência com soluções dentro e fora do estabelecimento prisional. Criado em 2004, tem o objetivo de criar uma comunidade mais responsável, tendo já auxiliado mais de 3500 indivíduos. No que concerne às soluções após a libertação, este programa oferece formações no âmbito do empreendedorismo, oferecendo também serviços de transporte, para escritórios de liberdade condicional, igrejas ou entrevistas de emprego, vales-refeição, aconselhamento regular, “assistência financeira emergencial”, assim como serviços de habitação⁷. Ainda dentro do estabelecimento prisional, o PEP oferece uma formação no designado “Curso por Correspondência da Academia de Liderança” (LACC), que começa com uma carta de aceitação, escrita pelos indivíduos escolhidos para participar no programa, que, caso cumpram com o que lhes é pedido nessa carta, o programa inicia o envio dos módulos correspondentes ao curso, que consiste em grande parte na reflexão e autoavaliação do indivíduo na forma como se viu no passado, se vê e visiona no futuro.

A meta-análise conduzida por Alós et al. (2014) procurou analisar que efeito teriam os programas relacionados com o trabalho e o empreendedorismo, nos reclusos, aquando da sua saída. Os autores incidiram na população com nacionalidade espanhola, em dois estabelecimentos prisionais da Catalunha, num total de 3225 indivíduos, tendo os mesmos recebido algum tipo de formação profissional ou participado em programas no âmbito do empreendedorismo. Foi concluído que 1407 teriam encontrado emprego após a sua saída, mas, após 3 anos de conclusão do programa, apenas 313 mantinham emprego.

Kenna e Simmons (2015) avaliaram o impacto de um programa de empreendedorismo social apelidado de “Ice House Entrepreneurship Program”, inserido num estabelecimento prisional de máxima segurança, no Mississípi, com a duração de 12 semanas. O principal objetivo constituiu-se como o impacto percebido relativo à aquisição de competências durante o programa. Os resultados apontaram para uma maior consciencialização por parte dos participantes de oportunidades de crescimento, com a não atribuição da causa dos insucessos/contrariedades sentidas e vividas por si, à sua falta de capacidade intelectual. Este facto, por conseguinte, acabou por reforçar a autoestima dos participantes.

⁷ Retirado de <https://www.pep.org/results/>

O emprego tem sido fortemente apontado como um grande fator de proteção no âmbito da delinquência e do crime (Alós et al., 2015; Tripodi et al., 2009; Kenna & Simmons, 2015; Peled-Timor & Laskov, 2018). Contudo, a entrada dos antigos reclusos para o mercado de trabalho pode apresentar-se como um processo moroso, pelas várias restrições que poderão enfrentar. A literatura tem, assim, demonstrado que, com programas e projetos no âmbito do empreendedorismo, o indivíduo fica munido de competências que o auxiliam nesse mesmo processo.

2.4. Estabelecimento Prisional do Linhó

O que hoje é conhecido por Estabelecimento Prisional do Linhó, foi outrora a Cadeia Central de Lisboa, criada em 1954 e localizada na freguesia de Alcabideche, concelho de Cascais, distrito de Lisboa. É constituída por duas alas principais e duas alas secundárias, assim como três blocos externos aos muros dos estabelecimentos prisionais, para o regime aberto, apenas construídos em 1994. Maioritariamente, a população prisional é constituída por jovens com idades entre os 21 e os 30 anos, tendo uma lotação de 584 lugares. O nível de segurança é alto, assim como o grau de complexidade de gestão, existindo também um nível alto de reincidência.

Concernente às áreas de trabalho, este estabelecimento prisional conta com diversas oficinas e uma exploração agropecuária. Das áreas de ensino, existe um espaço escolar, em que, consistindo numa sala de aula, os reclusos podem até aceder ao ensino superior. O estabelecimento prisional do Linhó abrange ainda cursos de informática, carpintaria, pastelaria e padaria.

2.4.1. Projetos de Reinserção Social

No contexto da reinserção social, o EP do Linhó contou já com diversos projetos neste âmbito.

O projeto “Linhó Circular”, foi desenvolvido em 2022 e assenta em quatro vertentes fundamentais: a valorização dos resíduos; a agricultura e pecuária; a formação dos reclusos e um estabelecimento prisional energeticamente eficiente. O projeto teve como objetivo valorizar os terrenos circundantes ao EP do Linhó, conseguindo-o a 90%, assim como possibilitou que os produtos agrícolas produzidos fossem inseridos nas refeições dos reclusos. Além de apostar

na sustentabilidade, este projeto potencia as qualificações académicas dos reclusos, ficando com uma formação profissional na área da agricultura sustentável, manutenção de espaços verdes e energias renováveis. Esta formação foi desenvolvida pelo Centro Protocolar da Justiça (CPJ), pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) de Alcoitão e pela Cooperativa de Educação, Reinserção e Capacitação para a Inclusão em Cascais (CERCICA). Este projeto destinou-se à população prisional em regime aberto, sendo que, à posteriori, o objetivo seria, e ainda o é, integrar alguns reclusos nos serviços da Câmara Municipal de Cascais, potenciando assim a sua reinserção em sociedade.

O EP do Linhó contou também com o projeto “Corpo Em Cadeia”, tendo decorrido entre abril de 2019 a dezembro de 2022. Foi um projeto desenvolvido pela Companhia Olga Roriz e com parcerias como a DGRSP, a Associação Portuguesa da Gestalt (APG) e o Instituto Gestalt de Florença, tendo também o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, através da iniciativa “Práticas Artísticas para a Inclusão Social” (PARTIS). A PARTIS consiste num pilar fundamental para diversos projetos a nível nacional, apoiando os que utilizam práticas artísticas como o motor de combustão para promover a inclusão social. Este projeto contou com a participação de 16 reclusos, tendo sido organizado e dividido em quatro partes denominadas de: “ocupar o corpo”; “corpo dramático”; “corpo criativo” e “corpo reflexo”. As atividades compreendiam aulas de dança, com o enfoque na dança contemporânea, aulas de expressão artística, sessões psicoeducacionais, o processo de criação coreográfica e algumas apresentações públicas de um espetáculo, desenvolvido pela coreógrafa Olga Roriz. Nestas aulas de dança e de expressão artística, o método da improvisação estava bastante presente, de forma a trabalhar simultaneamente o humor, desconstruindo a forma como sentiam, faziam e pensavam (Resende e Carvalho, 2022). Este projeto teve como principal objetivo potenciar não só o desenvolvimento artístico como humano em contexto prisional, em que foi notório o impacto percebido positivo que deteve nos participantes, citando um deles, referindo: “(...) o projeto mudou-me, fez algo diferente em mim” e ainda outro participante que mencionou “só o acreditar que não conseguia fazer aquilo, não conseguia dançar, e depois conseguir, fez-me acreditar, não só dentro do projeto (...)”⁸.

⁸ Retirado de <https://corpoemcadeia.com/>

Posto este projeto acima mencionado, interessa conhecer e priorizar o projeto central desta dissertação, também desenvolvido no EP do Linhó, o projeto PROMETEU.

2.5. Projeto PROMETEU

Prometeu é uma figura da mitologia grega, conhecida por cometer o “crime” de roubar o fogo de Héstia para dar aos mortais, e, sendo evidente a ligação do teatro à Grécia Antiga, facilitou o processo de escolha do nome. A diretora artística do projeto, referiu: *“Queríamos levar este espírito estoico para dentro dos muros da prisão. Em cena, no palco, tal como na vida, estamos em permanente escolha. No teatro escolhemos olhar-nos de frente e "prometemo-nos" a suspender a descrença”*.

A ideia da criação deste projeto surgiu do ministro da educação à época, o Dr. Tiago Brandão Rodrigues, que considerou que a área governativa da juventude tivesse um papel mais relevante junto de jovens privados de liberdade. À época, estava a ser desenvolvido um trabalho em torno de projetos existentes com este público, em estabelecimentos prisionais e centros educativos. Priorizou-se então o desenvolvimento de um projeto que agregasse competências vindas da educação não formal, com população prisional jovem, até aos 24 anos.

O projeto PROMETEU emergiu, assim, de uma ramificação do programa ARRIBAR. Este programa está inserido no Portugal 2030 que concretiza o acordo de uma parceria estabelecido entre Portugal e a Comissão Europeia e que apresenta objetivos estratégicos a serem aplicados entre 2021 e 2027, sendo que o ARRIBAR se insere no objetivo “Pessoas 2030”, dedicado à “demografia, qualificações e inclusão”⁹. Este programa resulta, assim, de um protocolo entre o IPDJ, a DGRSP e a Direção dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), sendo que o seu principal objetivo está assente na “promoção de respostas integradas para a inclusão dos/as jovens privados/as de liberdade”¹⁰, designadamente jovens com idades entre os 16 e os 20 anos que se encontram em centros educativos e, entre os 16 e os 24 anos, para os que estão em estabelecimentos prisionais. O programa ARRIBAR contou assim com três projetos-piloto: o

⁹ Retirado de <https://portugal2030.pt/>

¹⁰ Retirado de <https://ipdj.gov.pt/-/apresentacao-do-programa-arribar>

PodSER, implementado no Centro Educativo Padre António Oliveira, em Caxias; o Vibes, desenvolvido no Centro Educativo Santo António, no Porto, e o PROMETEU, no EP do Linhó.

No que concerne ao PROMETEU, a sua operacionalização começou aquando do convite por parte do IPDJ a duas ONGD: CUSCA e SAPANA. A CUSCA – Cultura e Comunidade, é uma associação cultural sem fins lucrativos que promove o desenvolvimento comunitário na cidade de Lisboa. A SAPANA ganhou em 2013 o estatuto de Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, cujo principal objetivo se alicerça na capacitação dos indivíduos e assim, citando a diretora da parte do empreendedorismo social, “*a serem a sua melhor versão*”.

Desta forma, o projeto PROMETEU concentrou o seu objetivo no desenvolvimento de competências pessoais em jovens privados de liberdade, no Estabelecimento Prisional do Linhó. Estas competências iriam advir de uma primeira parte desenvolvida pela CUSCA, referente ao teatro, e a sua consolidação, de uma segunda parte desenvolvida pela SAPANA, de empreendedorismo.

Este projeto teve o seu início formal em outubro de 2021, contudo, o grupo de participantes apenas se formou em fevereiro do ano seguinte, tendo sido complexa a captação de participantes e a coordenação com o EP nesse sentido. Tanto a CUSCA como a SAPANA realizaram duas sessões semanais, de cerca de 2 horas cada, tendo sido concretizada primeiramente a ação desenvolvida pela CUSCA e, posteriormente, a intervenção da SAPANA.

Primeiramente, da parte da CUSCA, foi decidido que a intervenção seria dividida da seguinte forma: de fevereiro a maio de 2022, as sessões seriam de trabalho de formação de ator, em diferentes disciplinas como: voz, movimento, improvisação e contracena. A responsável e diretora artística referiu ainda que durante estes primeiros meses foi sobretudo para descobrir “*capacidades que (os participantes) desconheciam, sempre através de jogos próprios da formação de ator.*” A partir de maio, o texto foi sendo distribuído pelos participantes, existindo, então, um foco maior na construção da peça de teatro que iriam apresentar em julho. Existiu também um responsável pela parte da cenografia, tendo redigido o texto que iria ser apresentado no espetáculo. Este texto não foi escrito previamente ao início do projeto, mas sim à medida que os participantes desenvolviam os exercícios referentes à formação de ator. A peça final de teatro foi, então apresentada no auditório do ISCTE, a 22 de julho de 2022.

No que concerne à SAPANA, decorreram 29 sessões até final de outubro de 2022. Foram realizadas simulações de entrevistas de emprego e apresentações individuais a um grupo de

indivíduos representantes de empresas, tendo essa atividade sido apelidada de “*Dolphin’s Tank*”, propondo aos participantes que desenvolvessem uma linguagem mais formal, assim como a aplicação de certas competências potencialmente adquiridas na parte artística, tais como a comunicação e a confiança, na sua exposição num contexto mais formal, apresentando o que lhes era proposto. A SAPANA desenvolveu ainda sessões mais espontâneas, no sentido de reunir o grupo e debater temas relacionados a este âmbito profissional e vocacional, refletindo sobre as perspectivas e objetivos futuros de cada um dos participantes. Além da diretora da SAPANA, esta organização contou ainda com mais duas formadoras, que ajudaram a desenvolver a ação planeada, sendo uma psicóloga clínica e outra que, aquando do projeto, seria formadora e gestora de projetos

Relativamente aos destinatários e futuros participantes deste projeto, existiu um foco nos jovens adultos que se encontravam no máximo a 18 meses da libertação, reiterando o que Phelps (2011) apresenta, em como o impacto da intervenção poderá ter mais efeito aquando de um momento mais próximo da saída do indivíduo do estabelecimento prisional. Relativamente à faixa etária, o objetivo seria, como referido anteriormente, abranger participantes dos 18 aos 24 anos, contudo, devido às penas mais pesadas que se aplicam neste estabelecimento prisional, e sendo que se priorizou a proximidade com o momento de saída, não foi possível cumprir a idade limite proposta, sendo alargada até aos 29 anos.

2.6. Objetivos de investigação

Considerando a revisão da literatura apresentada neste capítulo, o objetivo geral do presente trabalho consiste em analisar de que forma o Projeto PROMETEU é percebido como uma oportunidade de promoção de competências sociais e emocionais, e profissionais, nos jovens adultos privados de liberdade, participantes deste mesmo projeto.

Mais concretamente, pretendeu-se explorar como os participantes vivenciaram a componente artística do projeto e em que medida a mesma lhes permitiu, ou não, desenvolver um conjunto de competências socio emocionais, como a autoestima, autoconfiança ou competências de relação interpessoal. Pretendeu-se também compreender de que forma a experiência de capacitação profissional foi, ou não, transformadora e de que modo.

Adicionalmente, pretendeu-se também compreender como as representantes dos órgãos institucionais e ONGD envolvidos percecionaram o impacto deste projeto nos participantes, assim como a possível continuidade de projetos neste âmbito, em contexto prisional.

CAPÍTULO III

Método

Considerando os nossos objetivos, recorreu-se a uma metodologia qualitativa. Hirschfeld et al. (2005) sugerem que a investigação qualitativa surge com o objetivo de compreender e descrever fenómenos sociais, através da análise de experiências em grupo ou individuais. O significado que os indivíduos atribuem a essas mesmas experiências é o pilar deste tipo de investigação, tornando-se, assim, fundamental explorar toda a experiência relatada pelo indivíduo de forma a construir possíveis padrões de significado.

3.1. Participantes

Neste estudo participaram 10 jovens adultos, todos do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 22 e os 29 anos ($M = 24,3$; $DP = 2.071$). Destes 10 participantes, sete são portugueses (70%) e três têm nacionalidade cabo-verdiana. Relativamente à escolaridade, apenas um dos participantes concluiu o 12º ano (10%); três concluíram o 9º ano (30%); um participante concluiu o 8º ano (10%); dois participantes concluíram o 7º ano (20%) e, por fim, um participante concluiu o 4º ano (10%). (Tabela 3.1.).

Quadro 3.1. Descrição dos Participantes

PARTICIPANTE	IDADE	NACIONALIDADE	ESCOLARIDADE
P1	24 anos	Cabo-Verde	9º ano
P2	26 anos	Português	6º ano
P3	22 anos	Português	9º ano
P4	29 anos	Português	8º ano
P5	24 anos	Cabo-Verde	6º ano
P6	22 anos	Português	7º ano
P7	25 anos	Português	7º ano
P8	22 anos	Português	12º ano
P9	24 anos	Cabo-Verde	9º ano
P10	25	Português	4º ano

Participaram também neste estudo as representantes dos órgãos institucionais, IPDJ e Estabelecimento Prisional do Linhó, e das ONGD, CUSCA e SAPANA, envolvidas na concretização e desenvolvimento do projeto. Relativamente às participantes, as mesmas encontram-se identificadas pelas letras D, E, F e G, coincidentes com as letras referentes aos anexos de cada um dos guiões de entrevista com essas participantes, respetivamente. A participante (D) seria à época do desenvolvimento do projeto, diretora artística da CUSCA assim como encenadora e diretora artística do projeto PROMETEU, mas, atualmente e aquando da realização da entrevista exercia funções como coordenadora do programa Mais Três (Educação e Mediação Cultural d'A Oficina, Guimarães). A participante (E) cumpre funções, desde o início do projeto, como diretora executiva da SAPANA, tendo sido a diretora da parte concernente ao empreendedorismo social, desenvolvida por esta organização. A participante (F) é a atual vice-presidente do IPDJ, contudo, aquando da realização do projeto, exercia funções como adjunta do gabinete do Sr. Secretário de Estado da Juventude e do Desporto. Referente à participante (G), exerce funções como diretora do EP do Linhó, mas, à data do começo do projeto, seria ainda diretora-adjunta deste EP.

3.2. Instrumento

Considerando que, face aos objetivos se optou por uma metodologia qualitativa, foram conduzidas entrevistas individuais, tendo sido, assim, elaboradas para o efeito, guiões de entrevista semiestruturados distintos, em função de cada tipo de participante.

Foi elaborado um guião de entrevista semiestruturada para os participantes do projeto PROMETEU (Anexo C) e, para os diferentes órgãos institucionais e ONGD. Os guiões, embora mantendo alguns pontos em comum, tiveram também diferenças entre si, sendo apresentadas com a seguinte ordem: para a representante da CUSCA (Anexo E); representante da SAPANA (Anexo F); representante do IPDJ (Anexo D) e para a representante do EP do Linhó (Anexo G).

Todas as entrevistas foram iniciadas com uma apresentação, parte a parte. Igualmente foi sempre dada a oportunidade, no final de cada entrevista, de perguntar ou mencionar algum tópico que não tivesse sido abordado e que fosse considerado importante pelos próprios.

3.3. Procedimento de recolha de dados

Com base nas recomendações da APA (APA, 2020; OPP, 2011) sobre questões éticas e deontológicas, bem como as da Comissão de Ética do ISCTE, foi obrigatória a existência de um consentimento informado, no que toca aos participantes do projeto. Previamente à entrevista em si, foram explicados os objetivos da mesma e entregues os pedidos de consentimento informado a cada um dos participantes, em papel, aos participantes reclusos, e via email às representantes das entidades. No documento relativo ao consentimento informado, foi descrito o objetivo da posterior entrevista, assim como o tema do presente estudo. Os participantes foram também informados da duração máxima da entrevista e do carácter voluntário da participação na mesma. Foram também descritos aspetos como o sigilo e o anonimato, para os jovens privados de liberdade. Apesar de também ser descrito que a entrevista poderia ser gravada, mediante autorização, este facto não se concretizou, pelo que foram apenas utilizados papel e caneta para a transcrição das informações.

As entrevistas aos jovens reclusos foram realizadas num local apropriado para o efeito, no EP do Linhó. No que toca às representantes dos respetivos órgãos institucionais e ONGD, o pedido de consentimento informado foi feito via email (Anexo B), pela realização das entrevistas de forma virtual, pela plataforma *zoom*.

A duração média de cada entrevista com os respetivos participantes foi de 20 minutos e com as representantes das entidades CUSCA, SAPANA, IPDJ e EP do Linhó, decorreram com uma duração média de 1h. A ida ao EP do Linhó foi realizada em dois dias distintos, 6 de dezembro de 2022 e 4 de janeiro de 2023. Na primeira ida ao EP do Linhó foram apenas entrevistados os participantes que já estariam em regime aberto, em pequenos edifícios fora do estabelecimento prisional e na segunda vez foram entrevistados os que estavam efetivamente dentro do estabelecimento prisional, num local indicado para o efeito.

3.4. Procedimento de análise de dados

A análise temática é apresentada por Braun e Clarke (2006) como a criação de padrões (futuros temas) de análise, de acordo com a organização dos dados realizada. Esta organização é realizada consoante o significado dos dados, permitindo que o investigador dê sentido aos

extratos/experiências partilhados, encontrando não só pontos em comum, como posteriormente os interpreta e lhes atribui significado.

Esta análise temática foi realizada seguindo os objetivos de investigação propostos. Assim, o conteúdo das entrevistas dos participantes do projeto foi analisado separadamente ao conteúdo das entrevistas às representantes dos órgãos institucionais e ONGD.

Assim, este processo foi desenvolvido nos seguintes passos: 1- conhecer bem os dados recolhidos, tendo sido lidos os extratos das entrevistas com os participantes, e ouvidas as gravações das entrevistas com as representantes de cada órgão institucional e ONGD; 2- a partir da leitura e auscultação, foi realizado um *brainstorming* geral, de forma a iniciar o processo de captação de temas; 3- a procura por temas, de forma mais concreta e mais bem definida, foi realizada manualmente, usando esquemas lineares e, assim, começar a delinear possíveis temas e subtemas; 4- os temas foram sendo renomeados, assim como os subtemas escolhidos dentro de cada um dos anteriores; 5- foram realizados os últimos ajustes, após reler os extratos e de ouvir alguns excertos necessários, em coordenação com a orientadora, foi definido de forma conclusiva as nomeações de cada tema e subtema. Durante o processo de análise, foram seguidas as orientações de Hill et al. (1997). No processo de análise foi usada uma abordagem indutiva e dedutiva dos dados.

CAPÍTULO IV

Resultados

Os resultados serão apresentados em função dos objetivos estipulados.

Objetivo 1: Compreender como os jovens reclusos vivenciaram a componente artística do projeto e em que medida a mesma lhes permitiu, ou não, desenvolver um conjunto de competências socio emocionais, assim como a aquisição, ou não, de competências para o empreendedorismo.

De acordo com o primeiro objetivo de investigação, da análise temática efetuada emergiram três temas:

- **Motivações e expectativas para a participação**, o qual contem três subtemas – Motivação Intrínseca, Motivação Extrínseca e Expectativas;
- **Perceção de competências adquiridas**, que contem dois subtemas - Competências Sociais e Emocionais e Autoconhecimento (presente e projeção para o futuro);
- **Impacto geral do projeto**, o qual apresenta dois subtemas – palavras-chave e experiência mais impactante.

No que concerne aos extratos recolhidos para este último tema, mais precisamente, referente ao primeiro subtema – palavras-chave – foi realizada uma nuvem de palavras, que pretendeu destacar as palavras mais referidas pelos participantes e que será oportunamente descrita. Esta técnica de análise pretendeu também ir de encontro aos objetivos inicialmente estabelecidos, pela aquisição percebida de competências pelos participantes, no âmbito das competências emocionais, sociais e profissionais.

Os temas encontram-se a negrito e os respetivos subtemas que se encontram sublinhados, são agora detalhadamente descritos.

4.1. Motivações e expectativas para a participação

No que concerne às motivações e expectativas dos participantes, os resultados podem ser agrupados em três subtemas: Motivações intrínsecas, Motivações extrínsecas e Expectativas.

Seis participantes revelaram motivações intrínsecas à participação no projeto, sendo a curiosidade, a vontade de sair da rotina e o experimentar algo que nunca fizeram, os extratos mais referidos: (P1) “vamos lá experimentar, ver o que vai dar (...) pensei eu (...) ia ver caras diferentes, sair da rotina”; (P3) “(...) a minha educadora disse que tinha teatro e interessou-me, era diferente”; (P4) “fiquei curioso não sei, ia sair da rotina também (...)”; (P5) “vim para não ficar sempre na ala (...) sair do normal” e ainda os participantes 8 e 9 referiram “(...) queria fazer algo diferente”.

Por outro lado, quatro participantes referiram algumas motivações extrínsecas, mais concretamente o facto de poderem aceder a um conjunto de benefícios, dentro do estabelecimento prisional: (P6) “Vim pela precária, mas depois mudou”; (P7) “Como estava nos ativos, foi pela precária”; (P2) “Era mais uma benesse para ir para precária (...)” e (P10) “No início foi pela precária”.

Ainda dentro deste primeiro tema, as unidades em análise foram agregadas no subtema expectativas dos participantes. Apesar das suas motivações, das entrevistas emerge a ideia que os participantes não sabiam o que esperar, por ser uma experiência nova, sobretudo o teatro, ou por não acontecer há muitos anos: (P1) “não tinha expectativas”; (P2) “Fiz uma peça no 5º ano, mas era muito novo, agora foi muito diferente, não sabia o que esperar (...) não tinha expectativas”; (P3) “Não tinha experiência, fiz no centro educativo quando tinha 15 anos, mas nada a ver com isto”; “(P4) sempre gostei de teatro não sei mas não tinha expectativas, fiz só uma peça de teatro na primária”; (P5) “Nunca tinha feito”; (P6) “Não, foi tudo novo e desafiante, poucos tinham experiência”; (P8) “Nunca tinha feito” e (P9) “Nunca tinha feito nada disto” e (P10) “não sabia mesmo para o que vinha (...)”.

4.2. Perceção de competências adquiridas

No que diz respeito ao subtema das competências sociais e emocionais, o aumento da autoconfiança e a superação foram expressos por todos os participantes (n=10): P1 “(...) ganhei mais confiança em mim”; (P2) “A superação aqui dentro acho que me fez acreditar mais

que consigo lá fora”; (P3) “(...) não consigo dizer ao certo, mas acordou-me (...) antes estava paralisado, agora sei que sou capaz (...) abri-me outra vez”; (P4) “Foi empolgante, fez-me sentir bem comigo, fiquei com mais confiança, com um novo grande objetivo, descobri o dom para a representação (...) isto deu-me vontade de agarrar esta oportunidade, chegar até ao fim e talvez até ser um exemplo para outras pessoas (...) tentar incentivá-las (...). Senti-me realizado e agora acredito mais nas minhas capacidades”; (P5) “ganhei mais confiança a expor-me (...) mais porque sou tímido, fora do meu grupo sempre fui tímido”; (P6) “Levo uma mente mais aberta, às vezes pensamos que não conseguimos, mas conseguimos (...)”; (P7) “mais confiança, mais autocontrolo” e ainda “comecei a saber dar valor a mim próprio (...)”; (P8) “ganhei mais confiança”; (P9) “É a sensação de conseguir fazer algo e bem numa coisa que no início não fazia a mínima ideia de como ia ser” e (P10) referiu “ (...) mais confiança em mim”.

A competência comunicação, foi expressa por sete participantes, notando este ganho percebido tanto ao nível da exposição em público, como em contexto de grupo: (P1) “Antes não falava sequer português (...) arranjava desculpas na escola para não fazer apresentação oral (...) então sinto que saí mesmo da minha zona de conforto, foi das partes mais importantes para mim, de me conseguir expressar melhor”; (P2) “(...) à vontade para falar em público, para falar das minhas emoções, de como me sinto (...)”; (P3) “senti que fui buscar o que já tinha, mas que perdi aqui na prisão, sempre gostei de falar, de comunicar com os outros (...) uma pessoa perde a capacidade de falar aqui preso (...)”; (P6) “aprendi que consigo falar em público, a decorar textos por exemplo (...) consigo expressar-me melhor, o ter falado também de forma mais formal fez-me achar que agora vou conseguir falar assim quando sair (...)”; (P8) “aprendi a comunicar melhor”; (P7) “(...) aprendi a ouvir mais (...) antes só queria falar, embora não quisesse admitir eu não sabia ouvir e esta parte fez-me entender isso (...) agora sinto que compreendo melhor o lado deles” e ainda o (P9) que referiu “aprendi a comunicar mais, com eles e com quem estava à frente disto”.

Por seu lado, o sentido de união, entajuda, confiança e aumento de proximidade entre os participantes foi expresso por todos (n=10): (P1) “(...) senti-me mais à vontade com os outros (...) depois disto comecei a falar mais com eles, a meter-me mais com eles”; (P2) “já tinha confiança com muitos deles, mas fiz novas conexões com os restantes(...), estávamos nervosos antes do espetáculo e é aí que te apercebes que estamos mais unidos (...) houve muita união”; (P3) “(...) foi automática a melhoria (...) conheci melhor os outros rapazes e dávamos força uns aos outros”; (P4) “(...) houve muita entajuda, criámos uma ligação para a vida inteira”; (P5) “(...) não conhecia ninguém mas eles receberam-me bem e fomos crescendo como grupo”;

(P6) “ficámos mais unidos (...) antes da peça foi quando isso se viu mais”; (P7) “ o saber trabalhar em coletivo (...) já me dava bem com a maior parte antes disto mas a união foi sempre crescendo, e sei que a fraternidade vai existir lá fora também, pela entreajuda que existiu”; (P8) “mais ligação entre nós”; (P9) “a confiança, confiámos muito uns nos outros” e ainda (P10) “Ficámos muito mais ligados como grupo (...) poucos se conheciam no início e no final ver a ligação do grupo foi muito bom”.

Este segundo tema agregou, assim, o subtema Autoconhecimento (presente e projeção para o futuro). Em concreto, sete participantes nomearam ganhos percebidos no âmbito profissional, percecionadas como adquiridas ao longo, e no final do projeto: (P1) “(...) comecei a refletir mais, a pensar mais nas minhas qualidades e capacidades” e ainda “Sei que estou uma pessoa diferente (...); (P2) “(...) a parte da linguagem (...) de me conseguir expressar em situações que nunca pensei”; (P4) “A comunicação, o falar com pessoas num contexto mais formal, melhorar nesse sentido foi bom (...)” e ainda “(...) houve muito crescimento pessoal, interior (...) muito porque estivemos com pessoas que nos fizeram sentir importantes”; (P5) (...) “Tenho mais motivação, foco (...) aprendi que consigo ser mais focado” e ainda “Sou uma pessoa mais madura (...) estava sempre na brincadeira, mas fiquei mais focado nos meus objetivos e em ser alguém”; (P6) “(...) mais foco sem dúvida, focámo-nos muito nos sonhos e objetivos e em como concretizá-los (...) tirar a carta, ter um negócio meu (...) o foco no futuro foi o mais importante para mim”; (P7) “além do saber ouvir mais, com mais calma, tenho mais esperança, fiquei mais confiante por causa disso também” e finalmente o (P10) “Foi bom, sinto que aprendi algumas coisas”.

Apesar de alguns participantes terem, como se verificou, percebido a aquisição de um conjunto de competências, dois deles não valoraram a experiência relativa ao empreendedorismo, sublinhando a desmotivação que sentiram aquando do começo da segunda parte do projeto: (P3) “(...) não estava de corpo e alma nessa parte, estava muito mais pela parte do teatro (...) como avisei a Dra. X (...)” e (P7) “ “(...) talvez pela parte do teatro ter sido tão boa, mas a segunda parte não foi tao intensa, tão impactante”.

4.3. Impacto geral do projeto

As unidades em análise permitiram, também, ser agregadas numa outra categoria designada de impacto geral do projeto, dividindo-se em dois subtemas. O primeiro é referente às palavras-

chave, referidas pelos participantes como um resumo do impacto percebido desta experiência, que agrega unidades de nove participantes que refletem uma avaliação global positiva: (P1) “transformador” (P2) “(...) senti que superei as minhas expectativas, expectativas em relação a mim próprio, algo que eu achava que não ia conseguir fazer”; (P3) “foi muito bom”; (P4) “crescimento pessoal” e ainda “(...) senti-me importante, foi motivador (...)”; (P5) “Senti-me numa família, tudo correu ainda melhor porque estávamos juntos”; (P6) “Superação e aprendizagem”; (P7) “(...) desafiante e um refúgio ao mesmo tempo”; (P8) “confiança em mim”; (P9) “a relação que fiquei com eles, foi muita entajuda” e ainda (P10) “superação, confiança”.

Foi realizada uma nuvem de palavras, com as palavras mais referidas pelos participantes (Filatova, 2016), que se encontra na Figura 1, que coloca em destaque a superação, o foco e a união – ou seja, competências pessoais e sociais.



Figura 4.1. – Nuvem de palavras

O segundo subtema agrega resultados relativos ao que foi considerado como sendo a experiência mais impactante. Apesar de anteriormente não ser tao expressivo o impacto da segunda parte do projeto, das entrevistas emerge como impactante a componente da entrevista de emprego realizada, pelo desafio pessoal que esta implicou, pelo contacto com outras pessoas de contextos distintos dos próprios e pelo seu potencial papel no processo de reinserção: (P1) “Fazer uma entrevista de emprego impactou-me, nunca tinha feito (...) antes não dizia nada sobre mim quando me perguntavam, agora sei falar de mim, de como sou, das minhas capacidades”; (P2) “(...) o que foi algo novo para mim foi a entrevista de emprego, nunca tinha dado uma entrevista, perguntaram-me qual era o meu projeto de vida e eu respondi que queria constituir família, ter uma casa, o meu próprio negocio (...), mas foi difícil porque foi alguém

de um meio social diferente do meu e tive que me esforçar para falar de forma diferente”; (P4) “O projeto foi a melhor experiência da minha vida”; (P5) “(...) ouvimos pessoas que vieram de baixo a subirem, a serem exemplos de sucesso (...) foi a parte que mais me deixou a pensar”; (P6) “(...) a segunda parte também porque senti que era para me ajudar na reinserção fora (...) e levou-me a pensar que reclamamos muito de barriga cheia (...)”;

Apesar da referencia à segunda parte do projeto, quatro dos participantes reforçam a experiência do teatro como sendo a mais impactante: (P3) “Toda a experiência de fazer teatro, porque foi muito além do que eu esperava”; (P6) “a peça de teatro sem dúvida (...)”; (P8) “(...) a peça de teatro” e (P9) “Acho que o mais gostei foi mesmo a parte do teatro”.

O participante 7, faz uma avaliação global deste tipo de projetos: (P7) “Queria que dessem mais espaço para pessoas como vocês virem cá e trazerem estas coisas, deixarem-vos trabalhar (...) porque isto é bom para nós também”.

Por último, é importante mencionar que em três participantes emergiram respostas que remetem para a ligação que existiu entre eles e as representantes das duas associações que dinamizaram o projeto, CUSCA e SAPANA: (P7) “(...) a Dra. (...) é como uma amiga (...) levo a amizade com ela também (...)”, tal como o participante 5 que acrescentou “(...) gostava também de manter uma amizade com a Dra. (...) e a Dra. (...), e conseguir estar com elas fora daqui (...)”; (P10) “gostei muito da ligação que fiquei com a Dra. (...)”.

Em suma, este subtema agrega não só aspetos relacionados com as potencialidades que estas experiências parecem ter em termos pessoais, abrindo os participantes a um conjunto de experiências não vivenciadas anteriormente, como também a uma componente relacional, entre pares e com as pessoas envolvidas diretamente no projeto.

Objetivo 2: Compreender como as representantes dos órgãos institucionais e ONGD envolvidos percecionaram o impacto deste projeto nos participantes, com o ganho percebido de competências, ou não, pelos participantes, assim como a possível continuidade de projetos neste âmbito, em contexto prisional.

De forma similar, os dados recolhidos das entrevistas realizadas junto das representantes dos órgãos institucionais (EP do Linhó e IPDJ) e das ONGD (CUSCA e SAPANA), foram agrupados em três temas, tendo emergido também um conjunto de subtemas:

- **Vantagens e dificuldades percebidas ao longo do projeto**, dividindo-se em três subtemas - vantagens percebidas, dificuldades percebidas e trabalho em parceria;
- **Competências adquiridas pelos participantes**, que contém dois subtemas – competências percebidas como adquiridas pelos participantes e impacto geral do projeto;
- **Sustentabilidade do projeto.**

4.4. Vantagens e dificuldades percebidas ao longo do projeto

No que toca ao subtema das vantagens percebidas ao longo do projeto, a participante D destaca a abertura dos participantes como um dos pontos chave para o sucesso do projeto: (PD) “Nenhum destes participantes tinha alguma vez pisado um palco, contado uma história publicamente, sequer tinha pensado em fazê-lo. Eu sabia que iria encontrar alguma resistência, mas o que eu não sabia que ia encontrar, e essa é a maior dádiva que recebi de todos os projetos que já fiz, foi a generosidade. A disponibilidade e a confiança daqueles dez homens em mim. Isso foi absolutamente transformador”. Esta participante destacou ainda a confiança que os participantes do projeto tiveram para com o trabalho que estava a ser conduzido: “Comunicar com pessoas que não me conheciam (...) eu estava lá e os reclusos eram convidados pelos técnicos para participarem sem me conhecerem. E eu acredito mesmo que muito do sucesso destes processos criativos passa pela cumplicidade e lealdade que se estabelece entre quem dirige/coordena/encena e os atores (...) e foi isso que acabou por acontecer”.

Por sua vez, a participante F referiu: “O projeto teve o apoio do nível mais alto do governo, contou com o apoio de dois ministros, portanto ele foi patrocinado ao mais alto nível, além do apoio por parte da DGRSP que esteve também envolvida, assim como a direção do EP. Os constrangimentos que existiram não foram um risco para a não execução do projeto (...)”. Tal como a participante E que destaca: “Acho que mesmo existindo determinados constrangimentos, o projeto teve todas as condições para ser desenvolvido da melhor forma (...). E é assim, acho sinceramente que estes tipos de intervenções só fazem sentido também se estivermos dispostos, deste lado, a ser flexíveis nas atividades desenvolvidas. Se nos prendermos no que tínhamos planeado, na sequência que tínhamos previsto, poderá não correr

tão bem, ou porque eles não gostam ou não participam numa dada atividade, daí ser necessário um constante ajuste, até porque a prioridade são eles”.

Relativamente ao segundo subtema, relativo às dificuldades sentidas ao longo do projeto, existiram três eixos principais: relativas ao contexto; relativas à seleção dos participantes e relativas à sua confiança para se sentirem capazes de se desafiar.

Concernente às dificuldades relativas ao contexto prisional em questão, este aspeto foi mencionado por duas participantes: (PD) “O primeiro grande desafio foi conseguir ter participantes (...). Senti que isso acabou por acontecer também pelo *staff* prisional não estar ainda recetivo à nossa entrada no estabelecimento prisional (...)”; (PF) “Cada contexto prisional consta de um conjunto de idiossincrasias e aquele estabelecimento prisional não estava muito disposto e desperto para acolher pessoas externas e para facilitar todo o processo, mas a medida que o projeto foi sendo desenvolvido foi abrindo” referindo ainda que “(...) o projeto apanhou também uma época de greves dos guardas prisionais, portanto constrangimentos que sejam alheios à intervenção do projeto, como a falta de recursos humanos nesta esfera, num dia que não existam guardas suficientes por exemplo, pode comprometer o desenvolvimento do projeto, portanto não se pode atribuir esta falha ao *staff* prisional de forma literal”.

Nas dificuldades relativas à seleção dos participantes, três participantes apresentaram a sua opinião nesse sentido: (PE) “(...) os constrangimentos (...) em relação à seleção dos participantes, daí alguns excederem a idade dita juvenil, se não alargassem a idade não teríamos tantos participantes (...) portanto considero que também tenha sido um entrave, mas apenas no início do projeto”; (PG) “Ter participantes não foi fácil, a CUSCA sabe principalmente que não foi, tivemos alturas de desespero. Nós percebemos a importância deste projeto, sou suspeita, mas acho que estas intervenções fazem todo o sentido (...) e perceber que há um grupo de reclusos que pode aproveitar isto e não aproveita, é frustrante. Um grupo de reclusos que dizem que sim, mas depois ficam na cela, porque é mais confortável (...). Inicialmente foi difícil consolidar um grupo de 6 ou 7.”; (PG) “(...) o desafio de ter participantes. (...) O processo de seleção não passou por nós, mas além da idade, o tempo de cumprimento de pena dos jovens não se adaptou completamente aquilo que seria a nossa expectativa.” Relativamente ao último eixo deste subtema, uma participante referiu a dificuldade sentida em fazer acreditar os participantes de que conseguiriam fazer o que lhes era proposto: (PD) “(...) Quando finalmente conseguimos reunir o grupo de dez participantes, o maior desafio foi fazê-los acreditar que eram capazes. Eu sabia que eram (somos todos). Mas eles não sabiam. E tinham a absoluta crença de

não serem capazes. Então é muito cirúrgico e demorado desmontar esse “fantasma”. Porque apesar de todos partilharem a mesma insegurança, as razões que levam cada um a esse lugar de não acreditarem em si são muito diferentes.”

Em relação ao subtema do trabalho em parceria, três participantes referiram pontos positivos no que concerne ao trabalho junto da direção do estabelecimento prisional do Linhó: (PD) “Senti sempre um grande entusiasmo e receptividade por parte da direção do EP e da técnica que acompanhou o projeto.”; (PE) “A receptividade da, na altura subdiretora, atual diretora do EP, pela sua receptividade e criatividade também, em procurar formas de ajudar e potenciar os reclusos (...)” e (PG) “(...) este trabalho em rede faz todo o sentido, potencia todo o trabalho”

4.5. Competências percebidas como adquiridas pelos participantes

Neste segundo tema, é apresentado o subtema das competências percebidas como adquiridas. Duas participantes referiram a competência da autoconfiança: (PD) “(...) a capacidade de acreditarem neles, e isso foi notório ao longo do projeto, o irem acreditando cada vez mais, (...) a capacidade de acreditar e confiar que são capazes”; (PE) “(...) ao fazerem as atividades desenvolvidas, tal como a apresentação pessoal, trouxe também autoconfiança, acreditarem em si e que têm alguém que os pode ajudar, terem organizações que os podem ajudar apos a saída” acrescentando ainda “(...) partilhámos contactos e até agora, dois deles que já saíram, contactaram-nos e já estão a trabalhar”.

A participante F, no entanto, tem mais dúvidas quanto à aquisição de competências por parte dos jovens reclusos. Aquando da reflexão relativamente a este tema, referiu: “O projeto teve uma duração curta, dizer que foram adquiridas competências... não me sinto confortável em afirmá-lo (...) penso que houve um conjunto de competências trabalhadas e que foram notoriamente amplificadas sim (...)”. À posteriori, mencionou esta competência da autoconfiança como uma das mais salientes no extrato apresentado anteriormente: “(...) questões de confiança em si próprio, de um jovem considerar que se tivesse pessoas a sua frente não estava capaz de se expor, principalmente para pessoas que não faziam parte do seu contexto. Aí houve uma mudança muito significativa.”

A perceção de melhoria da competência da comunicação, adquirida pelos participantes do projeto, foi referida por três das participantes. É de mencionar que as ligações que os participantes foram construindo entre si, enquanto grupo, foram também mencionadas por duas

das participantes: (PD) “(...) a parte interpessoal, da comunicação, sendo que existia quem não falasse sequer português, portanto a parte de comunicarem, seja entre eles, seja para com quem estava deste lado, o conseguem expressar-se cada vez melhor (...)”; (PE) “(...) depois da fase inicial de conhecimento do projeto, eles começaram a falar mais, a partilhar mais, partilhar coisas mais profundas com os colegas, a partilha de grupo evoluiu bastante (...). E o eles pararem para pensar, embora o tempo dentro da prisão seja distorcido, eles realmente começaram a parar para pensar e refletir sobre o q queriam dizer e expressar, isto também trouxe melhorias na comunicação”; (PF) “No âmbito da comunicação, as questões da barreira linguística por exemplo (...)”

Adicionalmente, duas participantes acrescentaram outras competências, nomeadamente uma maior capacidade reflexiva e impactos ao nível comportamental dos jovens: (PD) “A capacidade de expansão, de progressão de pensamento (...)”; (PG) “Comecei a notar, nos reclusos que tinham mais infrações, o número a diminuir, o número de infrações disciplinares diminuiu. E faz todo o sentido, perceber que todo o nosso trabalho faz a diferença, nem que seja num só recluso (...)” e ainda “(...) não tenho dúvidas que existiram mudanças, para melhor. Alguns até que não querem mostrar, que vestem uma capa e ficam com mais receio de mostrar essas mudanças. Mas tanto eu, como outras pessoas deste lado, conseguimos ver mudanças ao que toca a perspetivar o futuro, o terem objetivos e fazerem planos para o futuro (...). Acho que acaba por ajudar bastante eles terem esses tais planos e motivações para quando saírem daqui.”

No subtema do impacto geral do projeto, as quatro participantes referiram a sua perceção e reflexão relativamente ao impacto que consideram que o projeto teve nos participantes: (PD) Assistir ao voo daqueles homens, dos “meus rapazes” como sempre lhes chamei, comove-me até às entranhas. Em fevereiro de 2022 havia vozes inaudíveis, olhos que não saíam do chão, corpos estáticos. O que vi acontecer nos meses seguintes é indizível. E não é nenhum milagre. É a arte a operar a bonita transformação de nos suspender a descrença.”; (PE) “(...) Acho que no geral foi bem conseguido, penso que os resultados foram notórios, pena que não tenha sido durante mais tempo”; (PF) “Foi um passo interessante, ter sido a administração pública, o estado central a tomar iniciativa e a querer implementar um projeto piloto nesta área, servir para a implementação de outros (...) e acredito que as relações criadas e a rotina implementada, foram uma mais-valia para aqueles jovens”; (PG) “Inicialmente pode ser mais difícil, mas depois quando começam a perceber o nosso empenho e vontade, e com todo o trabalho que as entidades têm, eles entram na fase do “porque é que não puderam vir?”, e quando conseguimos criar essa falta e a necessidade do grupo aí começamos a perceber que algo está a impactar, como acabou

por acontecer” acrescentando ainda “Percebo que havendo uma atividade que os foque, desvia-os de outro tipo de comportamento, mantém-nos mais focados, daí a importância disto. Acho que não há um tipo de reclusos que possa beneficiar mais ou menos, desde que estejam cá até ao final do projeto (...), é importante dar-lhes linhas orientadoras (...). Uns já saíram, outros continuam, outros realmente mudaram o comportamento, e ainda outros que, após o final do projeto, regrediram novamente, é normal, mas quanto mais atividades destas tiverem, mais benefícios trará para eles.”

4.6. Sustentabilidade do projeto

Este último tema agregou extratos relativos à continuidade deste tipo de projetos e ao possível potencial de melhoria: (PD) “(...) Mais do que querer continuar a fazer, é fundamental a constância e permanência deste tipo de projetos, durante mais tempo com o mesmo grupo de jovens. Mas é sobretudo fundamental estarmos em algum sítio, num trabalho permanente, com os mesmos jovens, 6 meses com uns, 6 meses com outros e assim por diante não traz o potencial que traria se fosse algo mais constante, é mesmo importante que as transformações se consolidem e permaneçam. Mais do replicar é importante manter estes projetos contantes, a constância deste tipo de intervenções durante mais tempo da pena dos jovens.”; (PE) “O nosso foco essencial é capacitar as pessoas a serem a sua melhor versão e poderem comunicá-lo dessa forma por isso a nossa ação faz sentido seja em que estabelecimento prisional for, atuamos onde existir possibilidade para isso, onde nos quiserem, principalmente os reclusos (...)” acrescentando ainda o contacto que manteve com dois dos participantes após o projeto “(...) partilhámos contactos e até agora, dois deles que já saíram, contactaram-nos e já estão a trabalhar”; (PF) “A nossa prioridade é melhorar e tornar estes projetos mais contantes. (...) Uma maior continuidade nos projetos, garantir a estabilidade das equipas presentes, repetir o grande envolvimento da administração pública, DGRSP e IPDJ, e o facto de termos jovens mais adaptados a esta fase de término de pena, embora seja uma questão a apontar, é também difícil saber quando é que a pessoa vai terminar a pena, porque pode ver a sua pena a ser reduzida como agravada, dependendo do seu comportamento. Por isso temos a intenção para o próximo programa de alargar o público alvo até aos 30 anos. (...) O ideal seria mesmo manter este tipo de intervenções durante todo o processo penal do jovem, durante 10 anos por exemplo. Penso que seria importante ser o próprio estado central, a garantir a oportunidade, de forma sistemática, o terem este tipo de apoio e projetos de forma mais constante”.

De forma complementar, a participante G refere não só o crescimento e desenvolvimento suportável no âmbito da entrada deste tipo de intervenções para o EP do Linhó, mas reflete também relativamente à possível colaboração entre empresas ou outras entidades: “Tudo o que esteja enquadrado neste campo de ação, o que possa ser passível de os ajudar, que são quem importa em todo este processo, eu quero trazer para cá e possibilitar essa abertura (...). Sou suspeita, mas acho que este tipo de intervenções, de projetos, faz todo o sentido, nem que seja para só para um ou dois reclusos, vale sempre a pena, cada pessoa é um mundo, não é?” acrescentando “Em relação ao mundo lá fora, às possíveis soluções com as empresas lá fora, o nosso trabalho como se concentra aqui, enquanto os reclusos estão cá dentro, fica complicado, porque a partir do momento em que eles saem daquele portão, a nossa intervenção acabou. Portanto precisamos de “braços” lá fora também. Se isso acontecesse, precisaríamos efetivamente de ajuda, de empresas que fizessem parcerias connosco por exemplo, porque seria uma mais-valia. Principalmente para aqueles que têm um apoio quase inexistente depois de saírem, se existisse uma entidade que fizesse essa ponte connosco, claro que ficaríamos agradecidos”.

CAPÍTULO V

Discussão

O presente trabalho procurou compreender quais os impactos percebidos por jovens adultos privados de liberdade, participantes do projeto PROMETEU, assim como o impacto percebido pelas entidades responsáveis pela dinamização e desenvolvimento do mesmo. A investigação qualitativa, tal como Flick, et al. (2004) apresentam, é fundamental para a compreensão da perspectiva dos participantes e, assim, das realidades sociais, assim como acontece no presente estudo, pois procurámos, assim, compreender, com base na própria voz dos participantes, em que medida o projeto PROMETEU se constitui numa experiência única e transformadora, através de uma metodologia qualitativa.

A literatura tem demonstrado que programas artísticos, referentes à música, dança, pintura, teatro ou escrita criativa, têm tido a capacidade de potenciar competências emocionais e sociais, junto da população prisional (Caulfield et al., 2016; Brewster, 2014; Johnson, 2008; Cheliotis & Jordanoska, 2015). Vettrano et al. (2017) revelaram que as artes podem servir também para o aumento da motivação, da autoeficácia e da autorrealização, de competências sociais, do desenvolvimento emocional, assim como uma melhor capacidade para lidar com a mudança. Relativamente à aquisição percebida de competências sociais e emocionais, os participantes do projeto revelaram concordância em competências como a comunicação e a autoconfiança. Estas competências foram sendo adquiridas, segundo os participantes, durante a parte artística do projeto e consolidadas à posteriori, na segunda parte do projeto, tendo sido fundamentais para a apresentação da peça de teatro, assim como para as atividades relativas ao empreendedorismo, tais como as apresentações individuais e as entrevistas de emprego. Além das competências supramencionadas, foram notórios pelos extratos das entrevistas, os ganhos ao nível das relações sociais positivas, reforçando positivamente as competências de proximidade percebidos pela totalidade dos participantes. A palavra “união” foi o conceito mais utilizado neste âmbito.

Das entrevistas emergem expressões de empoderamento sentidas após a experiência de teatro, concluindo, desta forma, que o projeto PROMETEU permitiu a promoção do empoderamento psicológico dos 10 jovens participantes do mesmo. Segundo Zimmerman

(1988), o processo de empoderamento diz respeito ao ganho de controlo, por parte dos indivíduos, dos aspetos da sua vida pessoal e da sua participação na comunidade e sociedade em que se inserem. De acordo com o autor, o empoderamento psicológico pode ser descrito como a ligação “*entre um senso de competência pessoal, um desejo e uma vontade de agir no domínio público*” (p. 746) e encontra-se dividido em três componentes: a componente intrapessoal; a componente inter-relacional, relacionada ao uso das competências para influenciar o contexto o individuo se insere, e a componente comportamental, em que o individuo é capaz de exercer o controlo sob a sua ação e participação dentro da sua comunidade (Jesus & Menezes, 2010). Pela forma como o projeto foi desenvolvido, este acabou por incidir mais na componente intrapessoal, a qual abrange variáveis como a autoeficácia, a motivação e o controlo percebidos, estando estas destacadas nos extratos apresentados. O empoderamento psicológico constitui-se num dos resultados com maior destaque, pela mudança de perspetiva relativamente a si próprios, em aspetos da sua personalidade, assim como à perspetiva de futuro, com a criação de objetivos e um acréscimo na motivação por parte destes jovens.

Existiu concordância por parte das restantes participantes, representantes dos órgãos institucionais e ONGD envolvidos, na aquisição percebida, ou da melhoria, relativamente às competências da comunicação e da autoconfiança. Foi aferido também por três das quatro representantes, a interligação destas duas competências acima mencionadas. Por terem conseguido melhorar ao nível da competência comunicação, muito pela exposição em público, pela peça de teatro e nas atividades referentes ao empreendedorismo, acabou por desencadear um sentimento de autoconfiança, ao acreditarem que são capazes. A quebra da barreira linguística foi também referida por estas participantes, reforçando uma vez mais os ganhos percebidos no âmbito da competência comunicação.

Parkes e Bilby (2010) apresentam que é preciso tenacidade por parte de quem desenvolve este tipo de intervenções em contexto prisional, no sentido de flexibilizar e criar respostas de forma criativa, indo ao encontro do que uma das representantes apresentou relativamente à flexibilidade necessária na intervenção desenvolvida.

Relativamente a uma das dificuldades referidas por uma das representantes, relativa à sua confiança para se sentirem capazes de se desafiar, o conseguir fazer crer os participantes de que conseguiriam realizar as atividades propostas, acabou por se constituir num dos maiores ganhos percebidos de todo o projeto. Atividades como a apresentação de uma peça de teatro ou a

realização de uma entrevista de emprego foram feitos importantes para os participantes, pela crença inicial de que não conseguiriam ou de que, como nunca tinham feito, não estariam confortáveis para o fazer, tendo existido, assim, um trabalho acrescido por parte das representantes das ONGD, pela desconstrução que desenvolveram neste sentido.

Morgado (2012) e, mais recentemente, Grosholz et al. (2020) vão mais longe, ao considerar que uma educação empreendedora, no contexto prisional, pode conduzir a uma mudança de identidade e, por conseguinte, levar à desistência do crime. No que toca à esfera das competências profissionais, os participantes demonstraram um certo padrão com as palavras “foco” e “motivação”, sendo pontos-chave do impacto percebido deste projeto. Sendo que os participantes, de forma geral, têm um nível baixo de escolaridade, assim como apresentam lacunas ao nível de determinadas competências profissionais, a aquisição das mesmas torna-se essencial (Ellison et al., 2017).

A literatura tem demonstrado de igual forma que o emprego se constituiu como fator de proteção no âmbito da delinquência (Alós et al., 2015; Kenna & Simmons, 2015; Tripodi et al., 2009; Laub e Sampson, 1993). Para muitos dos participantes, seria a primeira vez que realizavam uma entrevista de emprego, tendo sido um dos pontos mais marcantes para os participantes durante a segunda parte do projeto. Foi referido também a criação de objetivos, de novas ambições, como a abertura do próprio negócio, revelando assim uma mudança de perspetiva nesta esfera profissional.

Relativamente as representantes dos órgãos institucionais e ONGD, existe um ponto fulcral, unânime às participantes, sendo o desígnio de continuidade e sobretudo, da maior duração deste tipo de projetos, inseridos num determinado estabelecimento prisional, desenvolvendo a sua ação com o mesmo grupo de jovens durante mais tempo. Os benefícios, assim, percecionados pelas quatro representantes das entidades envolvidas.

Constatou-se também a criação de laços entre os participantes do projeto e as representantes das entidades envolvidas, nomeadamente, das ONGD CUSCA e SAPANA. A diretora artística e a diretora referente ao empreendedorismo conseguiram criar relações de confiança com os jovens-adultos, o que aumentou o potencial impacto nos mesmos, pelo constante suporte que existiu. Este facto reitera o que aconteceu similarmente no projeto “Ópera na Prisão”, no EP de Leiria-Jovens (Fernandes, 2022). No projeto PROMETEU, este suporte continuou fora do estabelecimento prisional, sendo que, pelas entrevistas com estas representantes, foi

depreendido que uma das ONGD envolvidas teria dado auxílio no processo de procura de emprego aos participantes que teriam já saído em liberdade.

5.1. Limitações

Não obstante da pertinência apresentada pelos resultados, o presente estudo apresenta também algumas limitações.

Um ponto que se constituiu unânime entre as representantes das entidades envolvidas foi, como referido à priori, o do desenvolvimento de projetos com maior duração, com o mesmo grupo de jovens. Contudo, isto torna-se complexo de ser implementado. Lindgren e Packendorff (2006) referem que as organizações que desenvolvem projetos neste âmbito, de forma constante, podem ser lesadas por conflitos e políticas internas, em termos culturais, políticos ou de investigação. Assim, estes projetos acabam por correr o risco de se constituírem apenas como planos de ações isoladas, sem conexão a planos futuros, acabando por ser árdua a tarefa de implementação de intervenções a longo prazo.

A escassa avaliação de programas, sobretudo no âmbito artístico, em contexto prisional, limitou o enquadramento teórico, sobretudo para reforçar a importância que o projeto PROMETEU deteve nos seus participantes. Esta limitação é ainda mais sentida na avaliação do impacto que estes projetos poderão ter, aquando da saída dos indivíduos do estabelecimento prisional. Isto pode impedir a realização de projetos semelhantes tanto com os jovens adultos privados de liberdade, como para os jovens adultos que tenham já saído em liberdade.

Uma diferente limitação centra-se na dificuldade de entrada deste tipo de programas para o estabelecimento prisional em questão, sendo este facto referido também por um dos participantes do projeto. Sendo que o início da implementação do projeto PROMETEU foi concomitante com uma fase de greves dos guardas prisionais, foi ainda mais complexa toda a gestão de entrada e posterior desenvolvimento do projeto. O projeto teve o seu início formal em outubro de 2021, mas só iniciou a sua ação quatro meses depois, em fevereiro de 2022. Similarmente, aquando das entrevistas realizadas aos participantes do projeto, na primeira ida ao estabelecimento prisional, não nos fizeram chegar qualquer recluso para a concretização das mesmas. É evidente que serão precisas mais e melhores condições de trabalho, salariais e humanitárias para os que trabalham em contexto prisional, mas, além disto, é necessária uma

mudança de perspectiva no que toca à aceitação da reinserção junto desta população. Bullock et al. (2017) concluíram que, quando não existe apoio por parte do *staff* prisional, o potencial impacto do programa ou projeto pode ser atenuado e afetar de forma negativa a motivação dos participantes.

5.2. Conclusões e sugestões para estudos futuros

O presente estudo possibilitou a análise compreensiva de um projeto piloto nacional que abrangeu uma parte artística e outra no âmbito do empreendedorismo social, destinado a jovens adultos privados de liberdade. Possibilitou a avaliação dos ganhos percebidos do projeto PROMETEU, o qual está inserido numa esfera fundamental e ainda pouco explorada a nível nacional, combinando intervenções distintas, porém complementares.

Desta forma, torna-se essencial a monitorização do impacto deste tipo de intervenções, exigindo, assim, desenhos de avaliação mais robustos, de forma a produzir cada vez mais resultados e evidências no sentido de possibilitar a mudança de determinadas políticas públicas. Estes desenhos de avaliação poderiam abranger o momento após a saída em liberdade dos indivíduos e assim, indo ao encontro da sugestão das representantes participantes neste estudo, do desenvolvimento de projetos e programas de maior duração. Estes projetos poderiam estar já desenhados para continuar após a reinserção do indivíduo, mesmo que de forma individual, contribuindo assim para a uma maior evidência e para um maior leque de competências adquiridas por parte dos participantes. Exemplo de sucesso neste âmbito é o programa anteriormente referido, e internacionalmente reconhecido, PEP - *Prison Entrepreneurship Program*.

Indo ao encontro do ponto mencionado à priori, juntamente com o conceito destacado anteriormente do empoderamento psicológico, é necessário destacar que, com estas intervenções desenhadas de forma a acompanhar também os indivíduos na fase pós-sentencial, poderiam ser promovidas as restantes componentes, inter-relacional e comportamental, reforçando a probabilidade de eficácia do processo de reinserção social.

Considera-se, num futuro próximo, a maior avaliação de programas e projetos em contexto prisional, particularmente após a saída dos indivíduos do estabelecimento prisional, com uma maior monitorização por parte das entidades respetivas.

Adicionalmente, é fundamental que se considere pela literatura, de forma crescente, os fatores de risco e de proteção no âmbito do grupo social dos jovens adultos, nas diferenças que compõem esta faixa etária da adolescência. De forma semelhante, é também necessário que se considerem aspetos como as questões identitárias, de forma crescente neste grupo dos jovens adultos, pois cada vez mais a identidade é construída, e co construída, até uma fase mais tardia da vida do indivíduo, prolongando, desta forma, fatores de risco como a pressão dos pares, ou outros fatores de risco individuais (Arnett et al., 2014).

Uma última sugestão é apresentada segundo o já postulado por Johnson (2008) e Keehan (2015), que sugerem que, no âmbito dos projetos de cariz artístico, é relevante que se estude não só o impacto dos mesmos nos participantes, como na instituição em si. Avaliando primeiramente a forma como a instituição está a auxiliar e apoiar o projeto, para posteriormente relacionar com o possível impacto na mesma, podendo constituir-se numa solução para uma maior facilidade de entrada deste tipo de intervenções em contexto prisional.

É importante que cada vez se valorizem estratégias como o projeto PROMETEU, no âmbito da reinserção social, pois não são apenas relevantes para quem delas beneficia, como para quem gere e trabalha no estabelecimento prisional, assim como se constitui benéfico para a sociedade no geral (Djurichkovic, 2011).

Em síntese, este estudo procurou contribuir para uma análise em maior profundidade de um projeto-piloto fundamental na promoção da inclusão social de jovens privados de liberdade, que contribuiu para uma maior reflexão em torno das políticas neste domínio.

Fontes

Conselho da Europa (2006). *Regras Penitenciárias*. [Powerpoint slides]. (justica.gov.pt)

Lei n.º 147/1999 de 1 de setembro - Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Diário da República, N.º204, Série I-A.

Lei Tutelar Educativa- Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 4/2015 de 15 de janeiro.

Referências Bibliográficas

- Alarcão, M., & Gaspar, M. F. (2007). *Imprevisibilidade familiar e suas implicações no desenvolvimento individual e familiar*. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 17(36), 89–102. doi:10.1590/s0103-863x2007000100009
- Albertson née Wilkinson, K. (2015). *Creativity, Self-exploration and Change: Creative Arts-based Activities' Contribution to Desistance Narratives*. *The Howard Journal of Criminal Justice*, 54(3), 277–291. doi:10.1111/hojo.12131
- Alós, R., Esteban, F., Jódar, P., & Miguélez, F. (2014). *Effects of prison work programmes on the employability of ex-prisoners*. *European Journal of Criminology*, 12(1), 35–50. doi:10.1177/1477370814538776
- American Psychiatric Association. (2022). *Personality Disorders*. In *Diagnostic and statistical manual of mental disorders (5th ed., text rev.)*. doi:10.1176/appi.books.9780890425787
- American Psychological Association. (2010). *Ethical principles of psychologists and code of conduct with the 2010 amendments*. Author.
- Anderson, Y. A., & Gröning, L. (2016). *Rehabilitation in principle and practice: perspectives of inmates and officers*. *Bergen Journal of Criminal Law & Criminal Justice*, 4(2), 220-246.
- Arnett, J. J., Žukauskienė, R., & Sugimura, K. (2014). *The new life stage of emerging adulthood at ages 18–29 years: implications for mental health*. *The Lancet Psychiatry*, 1(7), 569–576. doi:10.1016/s2215-0366(14)00080-7
- Assink, M., van der Put, C. E., Hoeve, M., de Vries, S. L. A., Stams, G. J. J. M., & Oort, F. J. (2015). *Risk factors for persistent delinquent behavior among juveniles: A meta-analytic review*. *Clinical Psychology Review*, 42, 47–61. doi:10.1016/j.cpr.2015.08.002
- Azeredo, A., Moreira, D., Figueiredo, P., & Barbosa, F. (2019). *Delinquent Behavior: Systematic Review of Genetic and Environmental Risk Factors*. *Clinical Child and Family Psychology Review*. doi:10.1007/s10567-019-00298-w
- Azevedo, T. N. D. C. (2013). *Institucionalização e Lei Tutelar Educativa: As representações de jovens, profissionais e direção de um Centro Educativo* (Doctoral dissertation).

- Braun, V., & Clarke, V. (2006). *Using thematic analysis in psychology. Qualitative Research in Psychology, 3(2), 77–101.* doi:10.1191/1478088706qp063oa
- Brewster, L. (2014). The impact of prison arts programs on inmate attitudes and behavior: A quantitative evaluation.
- Bronfenbrenner, U. (1977). *Toward an experimental ecology of human development. American Psychologist, 32(7), 513–531.* doi:10.1037/0003-066x.32.7.513
- Bullock, K., Bunce, A., & Dodds, C. (2017). *The Mechanics of Reform: Implementing Correctional Programmes in English Prisons. The Howard Journal of Crime and Justice, 57(1), 3–20.* doi:10.1111/hojo.12232
- Bullock, K., & Bunce, A. (2018). “*The prison don’t talk to you about getting out of prison’*: *On why prisons in England and Wales fail to rehabilitate prisoners. Criminology & Criminal Justice, 174889581880074.* doi:10.1177/1748895818800743
- Carvalho, A., Almeida, C., Amann, G., Leal, P., Marta, F., Moita, M., Pereira, F., Ladeiras, L., Lima, R., Lopes, I. (2019). *Saúde Mental em Saúde Escolar. Manual para a Promoção de Aprendizagens Socioemocionais em Meio Escolar.* Lisboa.
- Carvalho, M. (2003). *Entre as Malhas do desvio. Jovens, Espaços, Trajetórias e Delinquências.* Oeiras: Celta Editora.
- Carvalho, M. J. L. (2019). *Delinquência juvenil. Jornadas de Direito Criminal, 77-106.*
- Carvalho, M. J. L. (2020). *Uma realidade invisível. Revista do Ministério Público, (162), 117-148.*
- Caulfield, L. S., Wilkinson, D. J., & Wilson, D. (2016). *Exploring alternative terrain in the rehabilitation and treatment of offenders: Findings from a prison-based music project. Journal of Offender Rehabilitation, 55(6), 396–418.* doi:10.1080/10509674.2016.1194943
- Cheliotis, L., & Jordanoska, A. (2015). *The Arts of Desistance: Assessing the Role of Arts-based Programmes in Reducing Reoffending. The Howard Journal of Crime and Justice, 55(1-2), 25–41.* doi:10.1111/hojo.12154
- Damião, D. B. (2020). *Conduta Delinquente: Um estudo sobre as consequências da delinquência. O Portal dos Psicólogos, 1-12.*

- Day, A., Casey, S., Vess, J., & Huisy, G. (2012). *Assessing the Therapeutic Climate of Prisons. Criminal Justice and Behavior, 39(2), 156–168.* doi:10.1177/0093854811430476
- Deklerck, J. & Depuydt, A. (1997). An ethical approach to crime prevention. *European Journal on Criminal Policy & Research, 5:3, pp.71-80.*
- Deković, M. (1999). *Journal of Youth and Adolescence, 28(6), 667–685.* doi:10.1023/a:1021635516758
- Djurichkovic, A. (2011). Art in Prisons: a literature review of the philosophies and impacts of visual art programs for correctional populations.
- Downing, C. (2012). *Bolivian prison entrepreneurship. Journal of Enterprising Communities: People and Places in the Global Economy, 6(4), 339–349.* doi:10.1108/17506201211272779
- Ellison, M., Szifris, K., Horan, R., & Fox, C. (2017). *A Rapid Evidence Assessment of the effectiveness of prison education in reducing recidivism and increasing employment. Probation Journal, 64(2), 108–128.* doi:10.1177/0264550517699290
- Farias, M. S., & Santos, G. D. (2023). Dança e movimento expressivo numa prisão feminina- um tempo para um novo espaço interno. *Revista Tempos e Espaços em Educação, 16(35), e18371-e18371.*
- Farrington, D. (1994). Early developmental prevention of juvenile delinquency. *RSA Journal, 142(5454), 22–34.*
- Farrington, D. P. (2007). Origins of Violent Behavior over the Life Span. *The Cambridge Handbook of Violent Behavior and Aggression, 19–48.* doi:10.1017/cbo9780511816840.003´
- Faulkner, G. E. J., Adlaf, E. M., Irving, H. M., Allison, K. R., Dwyer, J. J. M., & Goodman, J. (2007). *The Relationship between Vigorous Physical Activity and Juvenile Delinquency: A Mediating Role for Self-Esteem? Journal of Behavioral Medicine, 30(2), 155–163.* doi:10.1007/s10865-006-9091-2

- Feijó, M. C., & Assis, S. G. D. (2004). The context of social exclusion and vulnerabilities in delinquent youths and their families. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9, 157-166. doi:10.1590/S1413-294X2004000100017
- Fergusson, D. M., & Horwood, L. J. (1996). The role of adolescent peer affiliations in the continuity between childhood behavioral adjustment and juvenile offending. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 24(2), 205–221. doi:10.1007/bf01441485
- Fernandes, C. F. A. (2022). *Intervenção pela Arte em Contexto Prisional* (Doctoral dissertation).
- Finch, J. (2007). *Displaying Families*. *Sociology*, 41(1), 65–81. doi:10.1177/0038038507072284
- Flick, U., Von Kardoff, E., & Steinke, I. (2004). What is qualitative research? an introduction to the field. Em U. Flick, E. Von Kardoff, & I. Steinke (Eds.), *A companion to qualitative research*. (pp. 3-12). SAGE
- Gallo, A. & Williams, L. (2008). A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. *Cadernos de pesquisa*, 38(133), 41-59.
- Gallo, A. & Williams, L. (2005). Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. *Psicologia: Teoria e Prática – 2005*, 7 (1): 81-95
- Garcia, G., & Pereira, S. A. (2018). Percepções dos reclusos sobre a vida na prisão e o processo de ressocialização. *Psique*, 14(2), 8-29.
- Gardner, A., Hager, L. L., Hillman, G., & Network, S. C. A. (2014). Prison arts resource project. *An annotated bibliography*.
- Grosholz, J. M., Kabongo, J. D., Morris, M. H., & Wichern, A. (2020). *Entrepreneurship Education in the Transformation of Incarcerated Individuals: A Review of the Literature and Future Research Directions*. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 0306624X2092802. doi:10.1177/0306624x20928020
- Harder, A. T., Knorth, E. J., & Kalverboer, M. E. (2014). *Risky or Needy? Dynamic Risk Factors and Delinquent Behavior of Adolescents in Secure Residential Youth Care*. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 59(10), 1047–1065. doi:10.1177/0306624x14531036
- Hattie, J. A., Carroll, A., Durkin, K., & Houghton, S. (2009). *Adolescent reputations*

and risk: Developmental trajectories to delinquency. New York: Springer-Verlag New York.

Heffernan, R., & Ward, T. (2017). "A comprehensive theory of dynamic risk and protective factors. *Aggression and Violent Behavior*", 37, 129–141. doi:10.1016/j.avb.2017.10.003

Hill, C. E., Thompson, B. J., & Williams, E. N. (1997). A Guide to Conducting Consensual Qualitative Research. *The Counseling Psychologist*, 25(4), 517-572. doi:10.1177/0011000097254001

Hirschfeld, R., Smith, J., Trower, P., & Griffin, C. (2005). *What do psychotic experiences mean for young men? A qualitative investigation*. *Psychology and Psychotherapy: Theory, Research and Practice*, 78(2), 249–270. doi:10.1348/147608305x25865

Hoeve, M., Smeenk, W., Loeber, R., Stouthamer-Loeber, M., van der Laan, P. H., Gerris, J. R. M., & Dubas, J. S. (2007). *Long-Term Effects of Parenting and Family Characteristics on Delinquency of Male Young Adults*. *European Journal of Criminology*, 4(2), 161–194. doi:10.1177/1477370807074854

Homem, A., Lopes, E., Romão, M., Ferreira, I., Franco, M., Fortunato, M., Torres, M., Tomás, P., Adriano, P. (2013). Cadeia do Limoeiro-da punição dos delinquentes à formação dos magistrados. Centro de Estudos Judiciários.

Howorth, C., Smith, S. M., & Parkinson, C. (2012). *Social Learning and Social Entrepreneurship Education*. *Academy of Management Learning & Education*, 11(3), 371–389. doi:10.5465/amle.2011.0022

Hughes, J. (2005). *Doing the Arts Justice: A Review of Research Literature, Practice and Theory*.

Hughes, J., & McLewin, A. M. A. (2005). *Doing the arts justice*. Reino Unido: Parkersprint.

Hurry, J., Brazier L., Parker, M. & Wilson, A. (2006) *Rapid Evidence Assessment of Interventions that Promote Employment for Offenders: Research Report No 747*. London: DFES

Jesus, M. F., & Menezes, I. (2010). A experiência de sem-abrigo como promotora de empoderamento psicológico. *Análise Psicológica*, 28(3), 527-535. doi: 10.14417/ap.369

- Johnson, L. M. (2007). Jail Wall Drawings and Jail Art Programs: Invaluable Tools for Corrections. *International Journal of Criminal Justice Sciences*, 2(2).
- Johnson, L. M. (2008). A Place for Art in Prison: Art as A Tool for Rehabilitation and Management. *Southwest Journal of Criminal Justice*, 5(2).
- Keehan, B. (2015). *Theatre, prison & rehabilitation: new narratives of purpose? Research in Drama Education: The Journal of Applied Theatre and Performance*, 20(3), 391–394. doi:10.1080/13569783.2015.106011
- Laub, J. H., & Sampson, R. J. (1993). *Turning points in the life course: why change matters to the study of crime. Criminology*, 31(3), 301–325. doi:10.1111/j.1745-9125.1993.tb01132.x
- Lozanovska, I. S., & Tufekci, P. (2021). Social disorganisation theory and juvenile delinquency. *Towards a Better Future: State and Society*, 327-492.
- Makhlouf, H. H. (2011). Social entrepreneurship: generating solutions to global challenges. *International Journal of Management & Information Systems (IJMIS)*, 15(1). <https://doi.org/10.19030/ijmis.v15i1.1589>
- Margarido, C., Santos, R., Margarido, E., Milhano, S., & Póvoa, V. (2020, October). Opera in Prison: Impact of an artistic project on the reintegration of young people in prison. In *Eighth International Conference on Technological Ecosystems for Enhancing Multiculturality* (pp. 827-832). Doi: 10.1145/3434780.3436593
- Marques, L. A., & Albuquerque, C. (2012). Entrepreneurship education and the development of young people life competencies and skills. *ACRN Journal of Entrepreneurship Perspectives*, 1(2), 55-68.
- Maruna, S. (2001). *Making good* (Vol. 86). Washington, DC: American Psychological Association.
- Moffitt, T. E., Caspi, A., Harrington, H., & Milne, B. J. (2002). *Males on the life-course-persistent and adolescence-limited antisocial pathways: Follow-up at age 26 years. Development and Psychopathology*, 14(1), 179–207. doi:10.1017/s0954579402001104
- Monteiro, A. (1996). A avaliação nos projectos de intervenção social: reflexões a partir de uma prática. pp. 137-154

- Moore, M. (2011). Psychological Theories of Crime and Delinquency. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 21(3), 226–239. doi:10.1080/10911359.2011.564552
- Morgado, A. M. (2019). O comportamento antissocial na adolescência: continuidades e descontinuidades da transgressão à delinquência.
- Morgan, P., Farkas, G., Hillemeier, M. & Maczuga, S. (2009). Risk factors for learning-related behavior problems at 24 months of age: Population-based estimates. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 37, 401-413.
- Morizot, J. & Kazemian, L. (2015). Introduction: Understanding criminal and antisocial behavior within a developmental and multidisciplinary perspective. In J. Morizot & L. Kazemian (Eds.). *The development of criminal and antisocial behavior* (pp. 1-16). Switzerland: Springer. doi: 10.1007/978-3-319-08720-7_1
- Mottweiler, C. M., & Taylor, M. (2014). Elaborated role play and creativity in preschool age children. *Psychology of Aesthetics, Creativity, and the Arts*, 8(3), 277–286. <https://doi.org/10.1037/a0036083>
- Murray, J., & Farrington, D. P. (2010). *Risk Factors for Conduct Disorder and Delinquency: Key Findings from Longitudinal Studies*. *The Canadian Journal of Psychiatry*, 55(10), 633–642. doi:10.1177/070674371005501003
- Mwangangi, R. K. (2019). The role of family in dealing with juvenile delinquency. *Open Journal of Social Sciences*, 7(3), 52-63.
- Nugent, B., & Loucks, N. (2011). *The Arts and Prisoners: Experiences of Creative Rehabilitation*. *The Howard Journal of Criminal Justice*, 50(4), 356–370. doi:10.1111/j.1468-2311.2011.00672.x
- Ordem dos Psicólogos Portugueses. (2011). Código deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses. *Diário da República*, 2ª série, 17931—17936
- Ortmann, R. (2000). *The Effectiveness of Social Therapy in Prison—A Randomized Experiment*. *Crime & Delinquency*, 46(2), 214–232. doi:10.1177/0011128700046002005
- Pais, M. F. X. (2012). *Delinquência juvenil: Ausência de vínculos e adoção de comportamentos desviantes* (Bachelor's thesis, [sn]).

- Parkes, R., & Bilby, C. (2010). *The Courage to Create: The Role of Artistic and Spiritual Activities in Prisons*. *The Howard Journal of Criminal Justice*, 49(2), 97–110. doi:10.1111/j.1468-2311.2010.00605.x
- Patzelt, H., Williams, T. A., & Shepherd, D. A. (2014). Overcoming the Walls That Constrain Us: The Role of Entrepreneurship Education Programs in Prison. *Academy of Management Learning & Education*, 13(4), 587–620. doi:10.5465/amle.2013.0094
- Peled-Laskov, R., & Timor, U. (2018). Working behind bars: Employed prisoners' perception of professional training and employment in Prison. *International Journal of Criminology and Sociology*, 7, 1-15.
- Peredo, A. M., & McLean, M. (2006). *Social entrepreneurship: A critical review of the concept*. *Journal of World Business*, 41(1), 56–65. doi:10.1016/j.jwb.2005.10.007
- Phelps, M. S. (2011). *Rehabilitation in the Punitive Era: The Gap Between Rhetoric and Reality in U.S. Prison Programs*. *Law & Society Review*, 45(1), 33–68. doi:10.1111/j.1540-5893.2011.00427.x
- Pinto, G., & Hirdes, A. (2006). *O processo de institucionalização de detentos: perspectivas de reinserção e reinserção social*. *Escola Anna Nery*, 10(4), 678–683. doi:10.1590/s1414-81452006000400009
- Pinto, L. I. D. C. (2018). *O teatro como meio de reinserção social de reclusos* (Doctoral dissertation, 00500: Universidade de Coimbra).
- Pral, C. (2007). *Oportunidade e risco: suporte social e factores psicossociais associados ao fenómeno da delinquência juvenil* (Doctoral dissertation, Instituto Superior de Psicologia Aplicada (Portugal)).
- Quan-Baffour, K. P., & Zawada, B. E. (2012). *Education Programmes for Prison Inmates: Reward for Offences or Hope for a Better Life?* *Journal of Sociology and Social Anthropology*, 3(2), 73–81. doi:10.1080/09766634.2012.1188556
- Rebellon, C. J. (2006). *Do Adolescents Engage in Delinquency to Attract the Social Attention of Peers? An Extension and Longitudinal Test of the Social Reinforcement Hypothesis*. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 43(4), 387–411. doi:10.1177/0022427806291259

- Reingle, J. M., Jennings, W. G., & Maldonado-Molina, M. M. (2012). *Risk and Protective Factors for Trajectories of Violent Delinquency Among a Nationally Representative Sample of Early Adolescents*. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 10(3), 261–277. doi:10.1177/1541204011431589
- Resende, J. M., & Carvalho, J. M. (2022). *O riso sem siso: No corpo encadeado na experiência situada há espaço à excrescência*. Projeto de dança no LINHÓ doi: org/10.51389/FXEJ8500
- Robbé, M. de V., Vogel, V. de, & Douglas, K. S. (2013). *Risk factors and protective factors: a two-sided dynamic approach to violence risk assessment*. *Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 24(4), 440–457. doi:10.1080/14789949.2013.818162
- Rutter, M. (1987). *Psychosocial resilience and protective mechanisms*. *American Journal of Orthopsychiatry*, 57(3), 316–331. doi:10.1111/j.1939-0025.1987.tb03541.x
- Santos, D. J. F., & Alberto, I. M. M. (2014). Delinquência juvenil: Redução do risco familiar. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 48(3), 355-364.
- Schaefer, R., & Minello, I. F. (2016). Educação empreendedora: premissas, objetivos e metodologias. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 10(3), 60-81.
- Siegel, L. J., & Welsh, B. C. (2014). *Juvenile delinquency: Theory, practice, and law*. Cengage Learning.
- Simões, C., & Matos, M. G. (2008). Juvenile delinquency: Analysis of risk and protective factors using quantitative and qualitative methods. *Cognitie, Creier, Comportament/Cognition, Brain, Behavior*, 12(4).
- Sonfield, M., Lussier, R., & Barbato, R. (2001). The entrepreneurial aptitude of prison inmates and the potential benefit of self-employment training programs. *Academy of Entrepreneurship Journal*.
- Song, F., Li, R., Wang, W., & Zhang, S. (2022). Psychological characteristics and health behavior for juvenile delinquency groups. *Occupational therapy international*, 2022. doi:10.1155/2022/3684691

- Souza, L. K. D. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arquivos brasileiros de psicologia*. Rio de Janeiro. Vol. 71, n. 2 (maio/ago. 2019), p. 51-67.
- Staff, J., Whichard, C., Siennick, S. E., & Maggs, J. (2015). *Early life risks, antisocial tendencies, and preteen delinquency*. *Criminology*, 53(4), 677–701. doi:10.1111/1745-9125.12093
- Steinberg, L. (2000). *The family at adolescence: transition and transformation*. *Journal of Adolescent Health*, 27(3), 170–178. doi:10.1016/s1054-139x(99)00115-9
- Tomás, C., & Fonseca, D. (2004). *Crianças em perigo: o papel das Comissões de Proteção de Menores em Portugal*. *Dados*, 47(2), 383–408. <https://doi.org/10.1590/s0011-52582004000200007>
- Trillo, V. (2011). Grupo de Amigos, Género y Delincuencia Juvenil. Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de Psicologia Social, Básica e Metodologia da Faculdade de Psicologia de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela.
- Tripodi, S. J., Kim, J. S., & Bender, K. (2009). *Is Employment Associated With Reduced Recidivism? International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 54(5), 706–720. doi:10.1177/0306624x09342980
- Tocado, T. P. M., & Barboza, L. C. (2021). Comportamento desviante: o caminho para a delinquência. *Revista jurídica direito, sociedade e justiça*, 8(12).
- Tudge, J., & Rosa, E. M. (2020). *Bronfenbrenner's Ecological Theory*. *The Encyclopedia of Child and Adolescent Development*, 1–11. doi:10.1002/9781119171492.wecad25
- Tyler, J. H., & Kling, J. R. (2006). Prison-based education and re-entry into the mainstream labor market.
- toc, C. (2000). *Work as a Turning Point in the Life Course of Criminals: A Duration Model of Age, Employment, and Recidivism*. *American Sociological Review*, 65(4), 529. doi:10.2307/2657381
- Vale, J. I. R. M. D. (2011). *Comportamentos anti-sociais sinalizados na CPCJ de Gaia Sul* (Bachelor's thesis, [sn]).

- Van der Laan, A. M., Rokven, J., Weijters, G., & Beerthuizen, M. G. C. J. (2019). *The Drop in Juvenile Delinquency in The Netherlands: Changes in Exposure to Risk and Protection. Justice Quarterly*, 1–21. doi:10.1080/07418825.2019.1656762
- Van Ness, D. W. (2016). An overview of restorative justice around the world.
- Wright, K. A. (2009). Strange Bedfellows? Reaffirming Rehabilitation and Prison Privatization. *Journal of Offender Rehabilitation*, 49(1), 74–90. doi:10.1080/10509670903435522
- Zhang, Z., & Arvey, R. D. (2009). *Effects of Personality on Individual Earnings: Leadership Role Occupancy as a Mediator. Journal of Business and Psychology*, 24(3), 271–280. doi:10.1007/s10869-009-9105-5
- Zhao, Y., Messner, S. F., Liu, J., & Jin, C. (2019). *Prisons as Schools: Inmates' Participation in Vocational and Academic Programs in Chinese Prisons. International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 0306624X1986105. doi:10.1177/0306624x19861051
- Zimmerman, M. A., & Rappaport, J. (1988). *Citizen participation, perceived control, and psychological empowerment. American Journal of Community Psychology*, 16(5), 725–750. doi:10.1007/bf00930023

Anexos

Anexo A: Pedido de consentimento informado aos participantes do projeto, via escrito



Pedido de Consentimento Informado

O projeto PROMETEU, integrado no programa ARRIBAR teve uma primeira fase de capacitação artística que deu origem a uma peça de teatro que foi apresentada publicamente e a uma segunda fase de capacitação profissional.

No âmbito do 2º ano de Mestrado em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco, do ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa, o presente estudo surge no decurso da dissertação de mestrado da aluna Patrícia Ayres, com o tema “Impactos percebidos de um projeto artístico e de empreendedorismo social em jovens reclusos”, sob orientação da professora Doutora Joana Alexandre.

Para este estudo será necessário realizar entrevistas individuais aos participantes deste projeto, que se encontram no estabelecimento prisional do Linhó, estando prevista uma duração máxima de 30 minutos. As entrevistas serão realizadas pela Patrícia Ayres, e pela sua orientadora.

A participação neste estudo é estritamente **voluntária** sendo que, se tiver escolhido participar, pode interromper a qualquer momento sem prestar justificação. Asseguro que será mantido o **anonimato** e apenas será feita a transcrição parcial dos dados sem, em momento algum, comprometer a identidade do participante. A entrevista poderá ser gravada mediante autorização apenas para efeitos de uma recolha mais completa da informação. Serão apenas recolhidas algumas informações gerais como a idade e género para caracterização dos participantes.

Declaro ter compreendido os objetivos do que me foi proposto. Entendi e aceito participar numa entrevista relativa à minha experiência no projeto PROMETEU. Compreendo também que me é assegurado o direito de colocar qualquer questão relativa ao estudo, agora ou durante o seguimento da entrevista.

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

Anexo B: Pedido consentimento informado às representantes dos órgãos institucionais e ONGD envolvidos, via email



Pedido de Consentimento Informado

No âmbito do 2º ano de Mestrado em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco, do ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa, o presente estudo surge no decurso da dissertação de mestrado da aluna Patrícia Ayres, com o tema “Impacto percebido de um projeto artístico e de empreendedorismo social em jovens reclusos”, sob orientação da professora Doutora Joana Alexandre.

Para este estudo será necessário realizar entrevistas individuais aos participantes deste projeto, estando prevista uma duração máxima de 1h. As entrevistas serão realizadas pela Patrícia Ayres.

A participação neste estudo é estritamente **voluntária** sendo que, se tiver escolhido participar, pode interromper a qualquer momento sem prestar justificação. Apenas será feita a transcrição parcial dos extratos recolhidos, sendo que serão também solicitadas informações sociodemográficas, tais como a formação académica e a função exercida aquando do desenvolvimento do projeto. O anonimato não conseguirá ser garantido pela identificação da função exercida aquando do decorrer do projeto, pelo que poderá ser comprometida a identidade do participante. A entrevista poderá ser gravada mediante autorização apenas para efeitos de uma recolha mais completa da informação.

Declaro ter compreendido os objetivos do que me foi proposto. Entendi e aceito participar numa entrevista relativa à minha experiência no projeto PROMETEU. Compreendo também que me é assegurado o direito de colocar qualquer questão relativa ao estudo, agora ou durante o seguimento da entrevista.

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

Anexo C: Guião entrevista semiestruturada aos participantes do projeto PROMETEU

- a)** Apresentação (idade, escolaridade, ...)
- b)** Como conheceu este projeto?
- c)** O que o levou a participar no projeto PROMETEU? Tinha expectativas relativas ao projeto?
- d)** O projeto dividiu-se em duas partes, uma parte artística e uma de capacitação profissional; vamos primeiro falar sobre a parte artística. Como foi esta experiência de fazer teatro?
- e)** Tinha alguma experiência anterior?
- f)** O que sente que ganhou com esta experiência em termos pessoais?
- g)** E na relação com os outros, aqui dentro?
- h)** O que sente que descobriu sobre si, como pessoa?
- i)** O que leva desta experiência quando sair daqui?
- j)** Sobre a 2ª parte do projeto, sei que houve um conjunto de sessões de capacitação profissional. Quer falar dessa experiência?
- k)** Que competências sente que adquiriu?
- l)** Quais delas acha que podem vir a fazer a diferença depois de saíres daqui?
- m)** Então em termos globais, se tivesse de resumir a uma frase ou a uma (ou algumas) palavras esta experiência de teres participado no projeto PROMETEU, que resumo faria, ou que palavras escolheria?
- n)** Há alguma coisa que queira acrescentar?
- o)** Há alguma coisa que queira perguntar?

Agradecer e ficar disponível para partilhar os resultados

Anexo D: Guião Entrevista Semiestruturada à representante da associação CUSCA

- a)** A CUSCA esteve já envolvida em projetos semelhantes inseridos em estabelecimentos prisionais?
- b)** Quanto tempo decorreu entre o início do projeto, até à apresentação final da peça?
- c)** Fez alguma divisão por um dado número de sessões (e.g.: 3 sessões de voz e dicção, 3 sessões de interpretação) ou as mesmas foram maioritariamente direcionadas para a concretização da peça em si?
- d)** O conceito da peça foi previamente escolhido ou foi algo construído gradualmente?
- e)** Que competências sente que foram sendo adquiridas pelos participantes, ao longo e no final do projeto?
- f)** Que impacto geral é que sente que esta parte artística deteve nos participantes?
- g)** Sente que existiram determinados fatores que atenuaram ou, pelo contrário, estimularam o bom desenvolvimento do projeto?
- h)** Seria interessante voltar a desenvolver um projeto semelhante neste ou noutra estabelecimento prisional?
- i)** Há algum aspeto que gostasse de mencionar ou perguntar?

Agradecer e ficar disponível para partilhar os resultados

Anexo E: Guião Entrevista Semiestruturada à representante da associação SAPANA

- a)** A SAPANA esteve já envolvida em projetos semelhantes inseridos em estabelecimentos prisionais?
- b)** Como foi feita a divisão das sessões, relativamente aos temas que intencionaram dinamizar?
- c)** Que competências sente que foram sendo adquiridas ao longo e no final do projeto?
- d)** Que impacto geral sente que esta parte dinamizada e desenvolvida pela SAPANA teve nos participantes?
- e)** Sente que existiram determinados fatores que atenuaram ou, pelo contrário, estimularam o bom desenvolvimento do projeto?
- f)** Relativamente a soluções pós-saída, no que concerne ao emprego, está ao vosso alcance essa intervenção?
- g)** Seria interessante voltar a desenvolver um projeto semelhante, neste ou noutro estabelecimento prisional?
- h)** Há algum aspeto que gostasse de mencionar ou perguntar?

Agradecer e ficar disponível para partilhar os resultados

Anexo F: Guião Entrevista Semiestruturada à representante do IPDJ

- a)** Como surgiu esta ideia e oportunidade de concretizar o projeto PROMETEU?
- b)** O IPDJ esteve já envolvido em projetos inseridos em estabelecimentos prisionais?
- c)** Quais foram os critérios de seleção dos participantes?
- d)** Que atividades foram desenvolvidas pelo IPDJ?
- e)** Identifica fatores que atenuaram ou, pelo contrário, potenciaram o início e decorrer do projeto?
- f)** Que competências sente que foram sendo adquiridas pelos participantes ao longo do projeto e aquando do final do mesmo?
- g)** Que impacto geral sente que este projeto deteve nos participantes?
- h)** Seria interessante voltar a desenvolver um projeto semelhante neste ou noutra estabelecimento prisional? Se sim, em que termos considera que deveria ser melhorado, no sentido de poder ser replicado com resultados ainda mais significativos?
- i)** Há algum aspeto que gostasse de mencionar ou perguntar?

Agradecer e ficar disponível para partilhar os resultados.

Anexo G: Guião Entrevista Semiestruturada – Diretora do Estabelecimento Prisional do Linhó

- a)** Que papel é que atribui a estes projetos de cariz artístico e de empreendedorismo social em contexto prisional?
- b)** Quais foram os critérios de seleção dos participantes?
- c)** Como foi ao longo do processo? O que viu a mudar?
- d)** Que impacto geral sente que o projeto teve nos reclusos?
- e)** Intenta continuar a promover este tipo de projetos e intervenções no EP do Linhó? Se sim, em que termos considera que deveria ser melhorado, no sentido de poder ser replicado, com resultados ainda mais significativos?
- f)** Identifica determinados fatores que atenuaram ou, pelo contrário, estimularam o bom desenvolvimento do projeto?
- g)** Relativamente ao empreendedorismo social, existe possibilidade de se alargarem oportunidades entre os projetos aqui inseridos, neste âmbito, e soluções com empresas pós-saída?
- h)** Há algum aspeto que gostasse de mencionar ou perguntar?

Agradecer e ficar disponível para partilhar os resultados.

Anexo H: Imagens referentes à apresentação da peça final de teatro, do projeto PROMETEU, decorrente no auditório do ISCTE, a 22 de julho de 2022

Imagem 1.



Imagem 2.

